

Caminhos para uma atuação aprimorada em Abordagens Jurisdicionais:

recomendações para formuladores de políticas públicas e lições aprendidas de cinco Estados brasileiros

Outubro 2023



Índice

02 Prefácio

04 Introdução

06 O que precisa ser feito para expandir a ação ambiental? Uma visão geral dos principais desafios do Brasil

13 Insights para uma atuação mais eficiente em Abordagens Jurisdicionais Consolidadas: Lições de Mato Grosso, Pará e Acre

18 Governança

20 Monitoramento e Avaliação

24 Engajamento do setor privado

26 Insights para uma ação aprimorada em Abordagens Jurisdicionais Emergentes: Lições do Tocantins e do Maranhão

40 Implementação de Políticas

41 Governança

42 Monitoramento e Avaliação

43 Conclusão e recomendações para os formuladores de políticas

45 Anexo

Prefácio



Miriam Garcia

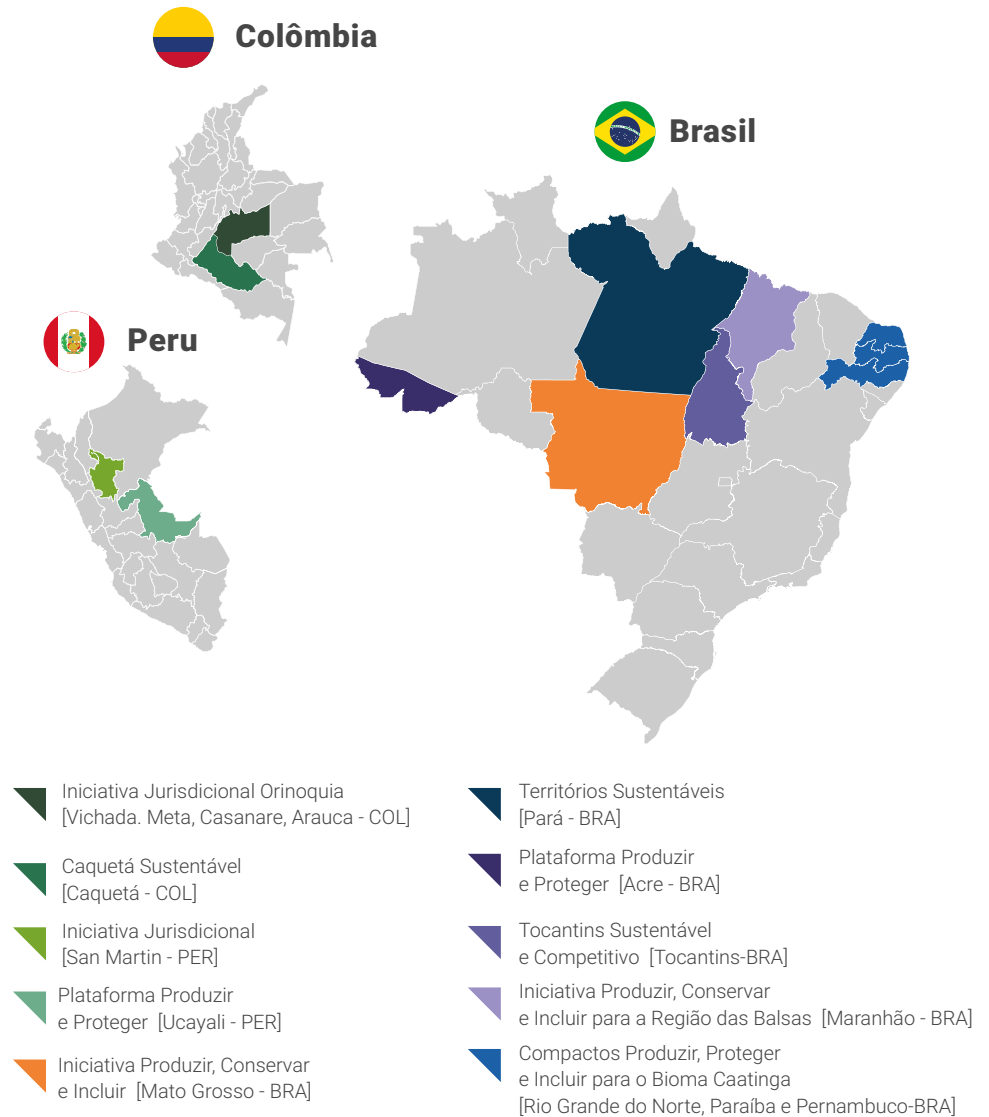
Diretora Associada de Engajamento Político
CDP Latin America

Os governos latino-americanos devem tomar medidas ambiciosas para proteger as florestas e a biodiversidade, ao mesmo tempo que elaboram estratégias de desenvolvimento sustentável capazes de endereçar as desigualdades sociais regionais. Devido à complexidade da tarefa, as ações localizadas devem ser substituídas por soluções holísticas, integradas e escaláveis que envolvam o setor privado e a sociedade civil, e garantam uma ampla participação na definição de prioridades, na implementação e no monitoramento dos resultados.

Para superar estes desafios, as Abordagens Jurisdicionais e de Paisagem (AJ/AP) oferecem um quadro de ação baseado em três pilares centrais: (1) Objetivos múltiplos e coletivos, (2) Governança multinível, (3) Monitoramento coletivo; e estes pilares devem ocorrer no nível da jurisdição ou da paisagem alvo. Se forem bem implementadas, podem desbloquear parcerias público-privadas, atrair investimentos e facilitar a expansão de intervenções bem-sucedidas.

Muitos governos subnacionais na América Latina aproveitaram as capacidades desenvolvidas por meio dos seus projetos socioambientais, particularmente no contexto das iniciativas REDD+, para expandir e refinar ainda mais as suas estratégias jurisdicionais. O CDP América Latina mapeou 10 Abordagens Jurisdicionais que já existem na região com diferentes níveis de maturidade.

Estados na América Latina Identificados com Abordagens Jurisdicionais Implementadas



Este policy brief chama a atenção para este cenário crescente, ao mesmo tempo que oferece recomendações importantes baseadas nas experiências de cinco Estados brasileiros: Mato Grosso, Pará, Acre, Tocantins e Maranhão. Os governos da América Latina podem utilizar as principais conclusões aqui apresentadas para orientar as suas ações voltadas a estratégias mais eficazes com o setor privado e a sociedade civil.

Introdução



Introdução



As Abordagens Jurisdicionais e de Paisagem (AJ/APs) fornecem uma estrutura de gestão que pode integrar as ações de múltiplas partes interessadas dentro de uma paisagem ou jurisdição (geralmente a nível subnacional) para abordar as causas sistêmicas do desmatamento e da degradação dos ecossistemas que não podem ser adequadamente abordadas ao nível do projeto individual ou da cadeia de suprimento.

Elas são cada vez mais apoiadas por agentes públicos e privados dentro de estratégias de gerenciamento holístico que alinham várias partes interessadas, tipos de uso da terra, funções ecológicas e objetivos de desenvolvimento sob uma visão comum e específica do contexto da sustentabilidade. As AJ/APs têm o potencial de maximizar a contribuição do setor privado para as metas ambientais e proporcionar vários benefícios socioambientais e econômicos, inclusive resiliência, adaptação e mitigação das mudanças climáticas; conservação e aprimoramento dos serviços ecossistêmicos; e melhoria dos meios de subsistência e das condições para o bem-estar humano.

Abordagem de paisagem:

Uma abordagem de gestão baseada no território que envolve a colaboração entre as partes interessadas em uma paisagem para promover objetivos de sustentabilidade compartilhados e construir resiliência. Tem como objetivo equilibrar e otimizar múltiplos objetivos sociais, econômicos e ambientais em múltiplos setores econômicos e usos do solo. Tais abordagens são implementadas por meio de planos de utilização da terra, políticas, investimentos a longo prazo e outras intervenções.

Abordagem jurisdicional:

Um tipo de abordagem de paisagem para promover metas de sustentabilidade compartilhadas, em que a paisagem é definida por limites administrativos de governos subnacionais ou nacionais e a abordagem é implementada com um alto nível de participação do governo.

Vários Estados brasileiros já começaram a planejar e implementar metas socioambientais ambiciosas para seus territórios e convidam diferentes atores a trabalharem em conjunto para promover soluções em escala de paisagem. Neste policy brief, o CDP América Latina fornecerá insights sobre como as JAs podem melhor atingir suas metas, com base nas lições aprendidas em cinco Estados brasileiros (Mato Grosso, Pará, Acre, Tocantins e Maranhão). A Seção 2 apresenta uma visão geral dos principais desafios políticos no Brasil e como eles se relacionam com a agenda de AJ/APs, e as Seções 3 e 4 oferecem insights e recomendações para os formuladores de políticas com base nas lições aprendidas dos estudos de caso dos Estados brasileiros.



Uma visão geral dos principais desafios do Brasil na agenda de Florestas

2

Uma visão geral dos principais desafios do Brasil na agenda de Florestas



Esta primeira seção apresenta uma visão geral dos dois principais desafios, tanto no contexto nacional quanto regional, que o Brasil precisa enfrentar para promover o impacto das Abordagens Jurisdicional e de Paisagem:

- ▼ Aumentar a capacidade do governo e os mecanismos de comando e controle para garantir a aplicação adequada das leis ambientais.
- ▼ Criar políticas econômicas e financeiras para aumentar o valor das florestas existentes, facilitar o acesso ao mercado para a produção sustentável e oferecer incentivos para aqueles que cuidam da natureza e dos serviços que ela oferece.

Como o Brasil é um país de dimensões continentais, é importante contar com uma forte capacidade estatal nacional e subnacional baseada em mecanismos de comando e controle para monitorar atividades ilegais e impedir ações prejudiciais ao meio ambiente. Atividades como desmatamento para criação de gado e plantação de soja, mineração ilegal, extração ilegal de madeira, grilagem de terras e pesca predatória são alguns exemplos de atividades que exercem forte pressão sobre os biomas brasileiros. A fiscalização dessas atividades pelo governo é essencial para tornar os projetos socioambientais de recuperação e proteção ambiental viáveis e atraentes para as pessoas, as organizações da sociedade civil e o setor privado no longo prazo. Para serem eficazes, elas devem ser integradas à adoção de políticas sociais para lidar com a desigualdade e envolver pequenos e médios produtores rurais.

As políticas econômicas e financeiras podem ser vistas como um meio pelo qual os governos nacionais e subnacionais podem incentivar ações ambientais (por exemplo, conservação/recuperação de florestas, produção de produtos florestais de alto valor agregado e cadeias de suprimentos livres de desmatamento). Se bem recebidas e aplicadas, tais ações têm o potencial de criar produtos financeiros e soluções ambientais¹ que são fundamentais para a expansão das iniciativas de AJ/APs e contribuem para a restauração/conservação florestal, a resiliência socioeconômica e a prosperidade das comunidades locais.

1. Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo. Observatório de Bioeconomia. Meio ambiente como oportunidade: Instrumentos legais do mercado (2022). [PORT].



Brasil

**foi o país responsável
pela maior quantidade de
desmatamento em 2021**

Nos últimos anos, o país tem enfrentado um aumento alarmante nas taxas de desmatamento. Entre 2019 e 2021, o Brasil perdeu 42 mil km², quase o tamanho de todo o Estado do Rio de Janeiro (43 mil km²).² De acordo com um relatório da Global Forest Watch, o Brasil foi o país responsável pela maior quantidade de desmatamento em 2021, respondendo por quase 40% da perda total de florestas no mundo nesse período³. Esses números estão fortemente relacionados a uma redução da capacidade do governo de fazer cumprir a legislação ambiental.

No entanto, o Brasil já provou que pode reduzir significativamente seus níveis de desmatamento. O desmatamento diminuiu de uma média de 10 anos de 19.500 km² em 2005 para 5.843 km² em 2013⁴, uma mudança causada especialmente pelas iniciativas de aplicação da lei.⁵

Em relação aos compromissos internacionais, o Brasil atualizou sua Contribuição Nacionalmente Determinada para o Acordo de Paris em 2022 e 2023, fazendo as seguintes alterações:⁶

- ▼ Novo objetivo de longo prazo para alcançar a neutralidade e GEE até 2050.
- ▼ Eliminar o desmatamento ilegal até 2030.
- ▼ Reduzir as emissões de GEE em 53% entre 2005 e 2030.

Esses compromissos são motores importantes da agenda das abordagens Jurisdicionais e de Paisagem, uma vez que exigem uma vasta gama de ações multilaterais para proteger e restaurar as florestas, além de aprimorar outras atividades socioambientais para o aproveitamento econômico dos serviços ecossistêmicos.

Além disso, nos últimos anos, foi emitida uma vasta gama de políticas nacionais que poderiam promover iniciativas de AJ/AP.

[2023 NDC](#)

2. [Mapbiomas. Relatório Anual do Desmatamento no Brasil](#)

3. [Global Forest Watch & University of Maryland. Forest Loss Remained Stubbornly High in 2021.](#)

4. [Science Magazine \(2014\). Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains.](#)

5. [Science Magazine \(2014\). Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains.](#)

6. [Brazilian 2020 NDC; 2022 NDC; 2023 NDC.](#)

Tabela 1 - Políticas nacionais que apoiam as AJ/APs

Ano	Política	Como apoiam as AJ/APs?	Relação com a agenda de AJ/APs
2006	Lei de Gestão de Florestas Públicas⁷	Cria um sistema de concessão de florestas públicas para proteção ambiental e produção sustentável	O sistema brasileiro de concessão florestal foi revisado em 2023. Se bem implementado, poderá ser uma das principais ferramentas para que atores privados e comunidades locais possam acessar legalmente terras públicas para implementar projetos de conservação e restauração florestal vinculados à geração de créditos de carbono ou à produção de produtos florestais sustentáveis.
2012	Código Florestal⁸	Mecanismos de Comando e Controle e Estrutura Legal para Proteção Ambiental, incluindo a criação de incentivos econômicos e instrumentos financeiros.	<ul style="list-style-type: none"> - Cria o sistema CAR (Cadastro Ambiental Rural), uma plataforma digital onde todas as propriedades rurais⁹ devem ser registradas para facilitar (i) o planejamento ambiental, social e econômico e (ii) o monitoramento do desmatamento. Esse cadastro deve ser validado por cada Estado brasileiro para determinar se as propriedades rurais estão em conformidade com as leis ambientais (por exemplo, se elas têm a área mínima de floresta exigida ou se protegem as margens de rios e encostas). - Define (i) porcentagens mínimas de proteção florestal para cada bioma; (ii) diferentes tipos de áreas protegidas. - Cria o Programa de Regularização Ambiental (PRA) para apoiar e promover a proteção e a restauração ambiental e para promover a conformidade com o Código Florestal. Cada Estado brasileiro também é responsável por adaptar e criar programas específicos de PRA para promover o cumprimento da legislação federal [Código Florestal]. - Cria o SINAFLOR, sistema nacional de rastreabilidade de produtos florestais (por exemplo, madeira, carvão etc.), responsável pela emissão de licenças e autorizações para diversas atividades florestais.¹⁰ - Cria instrumentos para compensar a proteção das florestas, como a Cota de Reserva Ambiental (CRA): um título que pode ser emitido para, entre outras coisas, remunerar propriedades rurais com um nível de preservação ambiental mais alto do que o exigido por lei.¹¹

7. Lei n. 11.284/2006.

8. [Forest Code](#).

9. O conceito de propriedade rural é definido como "o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada". Art. 4, I. [Lei Federal 4.504/1964 \[Estatuto da Terra\]](#).

10. Art. 35, Código Florestal.

11. Fundação Getúlio Vargas - Escola de Economia de São Paulo. Observatório de Bioeconomia. Meio ambiente como oportunidade: Os instrumentos jurídicos de mercado (2022).

<p>2017</p>	<p>Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg e Planaveg)</p>	<p>Incentivos econômicos/ instrumentos financeiros</p>	<p>O principal objetivo da política é incentivar projetos de restauração em grande escala, aumentando e expandindo “políticas públicas, incentivos financeiros, mercados, boas práticas agrícolas e outras ações necessárias para restaurar pelo menos 12 milhões de hectares - Mha de vegetação nativa até 2030”.¹²</p> <p>Os principais incentivos financeiros previstos incluem: (i) linhas de crédito para empresas, produtores rurais e outras partes interessadas envolvidas na restauração florestal; (ii) doações; (iii) títulos florestais; (iv) isenções fiscais incidentes sobre insumos, produtos, investimentos financeiros ou atividades relacionadas à recuperação da vegetação nativa.</p>
<p>2020</p>	<p>Forest+ Program</p>	<p>Incentivos econômicos/ instrumentos financeiros</p>	<p>Um programa do Ministério do Meio Ambiente para “criar, promover e consolidar o mercado de serviços ambientais (SA)”.¹³ Os principais objetivos incluem¹⁴: (i) Assinar parcerias com agentes nacionais e internacionais para apoiar pagamentos para projetos de SA – incluindo REDD+; (ii) Promover acordos setoriais para aumentar a procura por SA; (iii) Promover boas metodologias de avaliação, verificação, validação, certificação e monitoramento de SA; (iv) Promover uma plataforma digital para pagamento de SA.</p>

12. [Governo Federal do Brasil. Relatório. Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa.](#)

13. [Ministério do Meio Ambiente do Brasil.](#)

14. [Governo Federal do Brasil. Relatório. Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais \[FOREST+\].](#)

2021	Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais	Incentivos econômicos / instrumentos financeiros	Incentivar indivíduos e organizações (por exemplo, empresas, ONGs, associações) a acrescentar valor econômico, social e cultural a vários serviços ecossistêmicos por meio da elaboração e implementação de projetos privados voluntários
—	Linhas de Crédito Verdes	Apoio Financeiro	<p>PRONAF¹⁵ - Possui linhas de crédito para promover a produção agroecológica, orgânica e sustentável de commodities para pequenos e médios produtores.¹⁶</p> <p>Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Programa ABC)¹⁷ - Possui várias linhas de crédito para tecnologias de mitigação das mudanças climáticas na agricultura. Isso inclui programas para promover (i) a recuperação de áreas desmatadas; (ii) soluções baseadas na natureza (NbS) e produção ambiental sustentável; (iii) mitigação das mudanças climáticas.¹⁸ De acordo com dados oficiais, o programa canalizou mais de 17 bilhões de reais para projetos.¹⁹</p>

Em 2021, o Brasil deu um passo importante para enfrentar os problemas socioambientais relacionados ao desmatamento ao aprovar a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. A política abrange serviços ambientais como remoções e absorções de CO2 equivalente da atmosfera, bem como segurança hídrica, biodiversidade, beleza cênica, patrimônio cultural, entre outros.²⁰



15. [Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar.](#)

16. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>

17. Program for mitigation and adaptation to climate change for the consolidation of a low-carbon economy in agriculture.

18. [Programa ABC.](#)

19. [NDC Brasileira de 2022 para o Acordo de Paris.](#)

20. [Art. 2, Federal law n° 14.119/2021.](#)

Os principais objetivos da lei são:

- ▼ Incentivar indivíduos e organizações (por exemplo, empresas, ONGs, associações) a acrescentar valor econômico, social e cultural a vários serviços ecossistêmicos²¹ por meio da elaboração e implementação de projetos privados voluntários
- ▼ Criar diferentes modalidades de pagamento para serviços ambientais²² (por exemplo, pagamento direto, emissão de títulos verdes, compensação vinculada a um certificado de redução de emissões por desmatamento, entre outros).
- ▼ Promover o desenvolvimento sustentável e incentivar a criação de um mercado de serviços ambientais.

A lei cria uma estrutura jurídica nacional que permite que áreas sujeitas à proteção socioambiental, comumente vistas no Brasil como caras ou pouco atraentes do ponto de vista econômico, sejam valorizadas por terem seus recursos socioambientais utilizados, preservados ou recuperados.

Projetos baseados em pagamento por serviços ambientais não são novidade no Brasil e já haviam sido implementados em alguns Estados e municípios.²³ No entanto, a lei federal emitida em 2021 prevê uma definição mais ampla de serviços ecossistêmicos e promove um ambiente jurídico seguro para permitir a ação privada e evitar a contestação de legislações subnacionais.

Em termos de políticas públicas, a lei federal para pagamento por serviços ambientais deu um passo importante para que as iniciativas de AJ/AP cresçam e prosperem no país. Os governos, as empresas, as ONGs, os proprietários de terras e as comunidades tradicionais terão maiores incentivos e instrumentos à sua disposição para coordenar uma gama diversificada de intervenções de paisagem multilaterais.

A próxima seção apresenta uma visão geral da relevância dos Estados de Mato Grosso, Pará e Acre para a agenda de AJ/APs no Brasil, apresentando as principais lições aprendidas com esses Estados.

21. Os serviços ecossistêmicos são definidos como "benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais" (art. 2,II). [Lei Federal nº 14.119/2021](#).

22. Os serviços ambientais são definidos como "atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos". Art. 2, III, [Lei Federal nº 14.119/2021](#).

23. Veja, por exemplo, o [Programa de Conservação da Água](#) (Conservador da Mantiqueira), baseado nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que é reconhecido e premiado internacionalmente.

Insights para uma atuação mais eficiente em Abordagens Jurisdicionais Consolidadas:

Lições de Mato Grosso, Pará e Acre

A person wearing a cowboy hat and riding a dark horse is seen from behind, herding a group of light-colored cattle on a dusty, unpaved road. The scene is set in a rural, hazy environment with trees in the background. A large white number '3' is overlaid on the bottom right of the image.

3

Insights para uma atuação mais eficiente em Abordagens Jurisdicionais Consolidadas: Lições de Mato Grosso, Pará e Acre



Mato Grosso & Pará

Grande parte do território do Pará e de Mato Grosso está no bioma amazônico. Devido à centralidade da atividade agropecuária na região, os dois Estados estão posicionados em uma região de expansão do “arco do desmatamento”²⁴ do país, o que representa desafios de proteção ambiental, recuperação de áreas degradadas e envolvimento de ações multilaterais para enfrentar problemas socioambientais e promover cadeias de suprimentos sustentáveis.

A tabela abaixo traz os principais problemas de desmatamento que o Pará e o Mato Grosso enfrentam, **de acordo com as respostas dadas por estes ao Módulo de Florestas do questionário do CDP, em 2022:**

Tabela 2 - Problemas de Desmatamento

Mato Grosso	Mineração, Pecuária, Agricultura de larga escala, Agricultura e colonização em pequena escala, Extração insustentável de madeira, Queimadas
Pará²⁵	Mineração, Pecuária, Agricultura em grande escala, Extração insustentável de madeira, Queimadas, Carvão e Lenha.

24. Arco do desmatamento – ou fronteira do desmatamento – são termos usados no Brasil para se referir a áreas onde a expansão do agronegócio e a vegetação nativa se encontram.

25. Destacam-se ainda as seguintes iniciativas: Plano Estadual Amazônia Agora; Fundo da Amazônia Oriental; Plano de Regularização Ambiental do Pará; Selo Verde – Plataforma Digital para Rastrear Commodities com Risco Florestal, especialmente carne bovina. Para uma descrição dessas iniciativas, consulte [Tropical Forest Alliance e MN Socioflorestal. Amazônia Agora: Oportunidades do Setor Privado para uma Economia de Baixo Carbono no Pará, Brasil, maio de 2022.](#)

Em 2022, o Pará foi o primeiro e Mato Grosso o terceiro Estado brasileiro com as maiores taxas de desmatamento do país.²⁶ No entanto, ambos os Estados possuem políticas públicas ambientais atualizadas, incluindo AJs que se caracterizam por parcerias de múltiplos atores.

Mato Grosso possui uma das AJs mais importantes do Brasil, a Iniciativa Produzir, Conservar e Incluir (PCI)²⁷, que possui modelo de governança próprio e está em operação há mais de 7 anos.²⁸ A PCI promove diversos projetos socioambientais com o objetivo de ampliar o impacto dos investimentos e promover o desenvolvimento sustentável no Estado. Conforme mencionado anteriormente em um relatório de Estudo de Caso da PCI publicado pelo CDP América Latina:²⁹

- ▶ Em outubro de 2021, Mato Grosso anunciou seu compromisso com a neutralidade climática, com base nas recém-lançadas Trajetórias de Descarbonização para o Mato Grosso.³⁰ Isso permitiu que o Estado formalizasse seu compromisso com a campanha "Race to Zero". A meta de redução de emissões do Estado foi incorporada ao conjunto de metas da Estratégia PCI.
- ▶ O cumprimento das metas da PCI e da meta de emissões líquidas zero de Mato Grosso está intrinsecamente ligado às metas de conservação florestal do Estado e à escalabilidade das ações climáticas por parte das empresas, especialmente o agronegócio.

Uma estratégia semelhante também está acontecendo no Pará. O Estado possui um eixo de desenvolvimento econômico de baixo carbono, que busca promover a economia florestal e a produção agrícola sustentável da região para cumprir suas metas climáticas.³¹

Neste eixo, a política Territórios Sustentáveis (TS)³² prevê uma estratégia de Abordagem Jurisdicional cujo principal objetivo é "oferecer alternativas para a transição econômica em áreas sob pressão do desmatamento e fornecer compensações para resolver gargalos que vão desde a regulamentação dos direitos ambientais e fundiários até a promoção do mercado de cadeias de valor sustentáveis"³³.

Para apoiar essa AJ, a Plataforma Digital Territórios Sustentáveis,³⁴ "além de promover sinergias entre agentes públicos, privados e terceiros engajados em iniciativas de desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono no Pará, é um polo que busca alavancar os resultados das iniciativas no território".³⁵ A plataforma também conta com o Observatório Territórios Sustentáveis, uma ferramenta geoespacial que apoia a implementação de políticas públicas e privadas para atender as partes interessadas associadas à plataforma.

26. [MapBiomass. Relatório Anual do Desmatamento \(2022\) - São Paulo, Brasil, p.13.](#)

O Pará costuma ser o primeiro Estado com mais emissões por desmatamento no país.

27. Mais informações sobre a iniciativa, projetos e resultados em: <http://pci.mt.gov.br/> - <https://pcimt.org/index.php/> - <https://pcimonitor.org/>.

28. Para mais informações sobre o modelo de governança da iniciativa: [CDP. Iniciativa Produzir, Conservar e Incluir em Mato Grosso. Um estudo de caso brasileiro sobre abordagens jurisdicionais.](#)

29. [CDP. Iniciativa Produzir, Conservar e Incluir em Mato Grosso. Um estudo de caso brasileiro sobre abordagens jurisdicionais, p. 9.](#)

30. [Caminho da Descarbonização de Mato Grosso.](#)

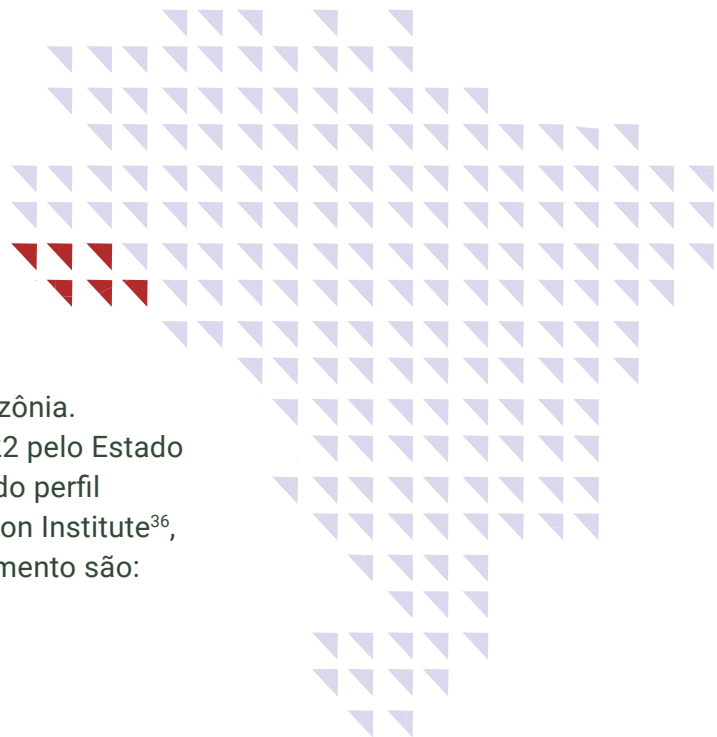
31. [Tropical Forest Alliance e MN Socioflorestal. Amazônia Agora: Oportunidades do Setor Privado para uma Economia de Baixo Carbono no Pará, Brasil, maio de 2022.](#)

32. Decreto Estadual do Pará nº 344/2019.

33. [Tropical Forest Alliance e MN Socioflorestal. Amazônia Agora: Oportunidades do Setor Privado para uma Economia de Baixo Carbono no Pará, Brasil, maio de 2022, p.14.](#)

34. [Website.](#)

35. [Tropical Forest Alliance e MN Socioflorestal. Amazônia Agora: Oportunidades do Setor Privado para uma Economia de Baixo Carbono no Pará, Brasil, maio de 2022, p.14.](#)



Acre

O Estado do Acre está totalmente inserido na Amazônia. De acordo com as informações reportadas em 2022 pelo Estado no Módulo de Florestas do questionário do CDP e do perfil de Sustentabilidade Jurisdicional do Earth Innovation Institute³⁶, os principais problemas relacionados ao Desmatamento são:

- ▼ Agricultura e colonização em pequena escala
- ▼ Infraestrutura de transporte

Na última década, o Acre passou por uma importante mudança no seu desenvolvimento econômico, por meio de experiências pioneiras de proteção florestal e de um modelo de economia que melhora a qualidade de vida de produtores rurais, comunidades ribeirinhas, extrativistas e povos indígenas. Com mais de 40 anos de história de movimentos ambientais populares, o Estado conta com diversas cooperativas que trabalham para aumentar a renda e o bem-estar de mais de 2.500 famílias de agricultores que dependem de produtos florestais.³⁷

Nesse cenário, as iniciativas jurisdicionais do Acre têm desempenhado um papel crucial na realização de mudanças que promovem a redução do desmatamento em paisagens florestais e incentivam a valorização de produtos sociais e da biodiversidade, tornando o Estado uma das Jurisdições de REDD mais avançadas do mundo.³⁸

36. [M. de los Rios, O. David, C. Stickler, D. Nepstad. 2018. "Acre, Brazil" em C. Stickler et al. \(Eds.\), The State of Jurisdictional Sustainability. San Francisco, CA:EI; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO:GCF-TF.](#)

37. [M. de los Rios, O. David, C. Stickler, D. Nepstad. 2018. "Acre, Brazil" in C. Stickler et al. \(Eds.\), The State of Jurisdictional Sustainability. San Francisco, CA:EI; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO:GCF-TF.](#)

38. [M. de los Rios, O. David, C. Stickler, D. Nepstad. 2018. "Acre, Brazil" in C. Stickler et al. \(Eds.\), The State of Jurisdictional Sustainability. San Francisco, CA:EI; Bogor, Indonesia: CIFOR; Boulder, CO:GCF-TF.](#)

2.500

**famílias de agricultores
que dependem de produtos
florestais.**

O Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA), concebido como uma estratégia do Estado para lidar com as mudanças climáticas, foi lançado em 2010.³⁹ Com sete programas, incluindo o ISA Carbono, foi assinado um acordo de cooperação financeira com a Alemanha para lançar o Programa Global REDD Early Movers (REM). Um dos resultados foi que “no período 2007-2017, o desmatamento total evitado foi de 282.525 hectares”.⁴⁰

Em 2017, durante a COP 23, o Acre lançou sua Estratégia Jurisdicional⁴¹ – a Plataforma Produzir e Proteger (PPP Acre). Ela conta com diversos recursos para monitorar, avaliar e ajudar a divulgar a estratégia de desenvolvimento sustentável do Estado:

39 Lei nº 2.0308/10.

40 [Perfil Jurisdicional do Acre \(2018\)](#). Earth Innovation Institute. Relatório Detalhado, p.4.

41. Instituto Socioambiental. Lançada Plataforma que dá acesso aos dados socioeconômicos e ambientais do Acre (2017).



- ▼ Um painel público que acompanha todas as metas da AJ;⁴²
- ▼ Um painel público com dados socioambientais;⁴³
- ▼ Uma carteira de investimentos empresariais para vários produtos florestais e commodities produzidos no Estado.⁴⁴

As partes interessadas devem ser capazes de compreender claramente os projetos e os resultados alcançados por todas as AJs. Isso é vital para que o setor privado e financeiro se conecte e busque investimentos nas iniciativas apresentadas nas plataformas e para que as políticas públicas sejam melhor implementadas. A seguir serão tratadas as lacunas nas plataformas PCI, TS e PPP Acre que poderiam dificultar os esforços para impulsionar a melhoria do desempenho econômico, social e ambiental dos três Estados,

Os insights abaixo foram preparados com base em pesquisa documental, revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com organizações da sociedade civil com experiência nos territórios.



3.1 Governança

Para que a AJ seja implementada com sucesso, os governos subnacionais têm um papel crucial na moderação dos interesses de uma variedade de atores. Uma das principais dificuldades apontadas durante as entrevistas foi o conflito de interesses entre grupos econômicos tradicionais e partes interessadas menos influentes que não conseguem posicionar e defender as suas posições (por exemplo, posicionando-se contra pesticidas ou a favor da produção orgânica) da mesma forma que os grandes produtores de commodities que têm um maior diálogo com os líderes políticos. Portanto, para alcançar os indicadores de desenvolvimento sustentável e os macro objetivos das AJs, os governos subnacionais devem conceber e aplicar acordos setoriais amplos com os principais setores econômicos, colocando ao mesmo tempo especial ênfase no reforço da inclusão de grupos menos influentes no processo de tomada de decisões (por exemplo, povos indígenas, comunidades locais, ONGs e pequenos/médios produtores).

42. [Painel de M&A das Metas da JA do Acre..](#)

43. [Dados socioambientais do Acre..](#)

44. [Carteira de investimentos empresariais do Acre..](#)

Isso se aplica especialmente a Estados como Mato Grosso e Pará, onde poucas commodities (principalmente carne bovina e soja) são os principais impulsionadores do desmatamento.

Como as AJs geralmente são lideradas ou co-lideradas por governos subnacionais, as autoridades públicas devem estar constantemente engajadas para ajudar as iniciativas a decidir quais ações e projetos devem ser priorizados e como poderiam ser melhor implementados.

Segundo as entrevistas, o envolvimento do governo com as AJs pode variar ao longo do tempo, o que é prejudicial para os resultados de longo prazo e para a realização dos objetivos coletivos. Portanto, ter um quadro normativo atualizado, macro-objetivos e indicadores são apenas os primeiros passos, que devem se desdobrar em ações e participação contínua do Estado.

A conscientização e a vinculação dos projetos a mecanismos econômicos e financeiros são cruciais. As plataformas PCI, TS e PPP Acre poderiam mostrar explicitamente como os projetos podem obter ajuda de mecanismos econômicos e financeiros internacionais, nacionais ou subnacionais. As estratégias para ampliar a conservação/restauração florestal e o desenvolvimento sustentável estão crescendo em diferentes níveis. REDD+, os mercados voluntários de carbono e as políticas nacionais apresentadas na seção anterior (por exemplo, leis de pagamentos por serviços ambientais ou linhas de crédito verdes) são alguns exemplos de iniciativas que poderiam beneficiar uma vasta gama de projetos. Os três Estados poderiam ter um guia integrado em suas plataformas mostrando como uma parte interessada que implementa um projeto ou pretende planejar um projeto pode acessar estes diferentes mecanismos já existentes.

É necessário manter atualizado o quadro regulatório para a produção sustentável de produtos florestais, garantindo que as comunidades tradicionais e os povos indígenas tenham seus direitos protegidos e que obtenham benefícios socioeconômicos das atividades econômicas que realizam e dos serviços ecossistêmicos que eles sustentam. Mato Grosso, Pará e Acre são Estados com grande diversidade étnica: neles vivem 88 povos indígenas diferentes⁴⁵. À medida que avançamos em direção a um novo modelo de sustentabilidade jurisdicional e integração



45. [Instituto Socioambiental. Povos indígenas no Brasil \[dashboard\]](#).

com políticas federais de pagamento por serviços ambientais, é necessário monitorar como as comunidades indígenas e locais são afetadas por esta nova realidade e se elas se beneficiam da interação com os diversos atores que atuam no território. Uma carteira de investimentos para produtos florestais e uma política de bioeconomia como as existentes no Pará e no Acre são um passo importante para entender a perspectiva da AJ desses produtos e a proteção das comunidades que os produzem. É responsabilidade dos Estados atualizar e implementar as suas políticas florestais e de bioeconomia/biodiversidade para garantir que os grupos mais vulneráveis sejam protegidos e o conhecimento tradicional seja preservado. E, idealmente, parte destas informações poderiam ser publicadas em plataformas digitais para aumentar a transparência.



3.2 Monitoramento e Avaliação

[As plataformas Territórios Sustentáveis](#), [Monitor da PCI](#) e [PPP Acre](#) são as ferramentas de monitoramento e avaliação de AJ mais abrangentes e transparentes no Brasil. Todas as metas e os indicadores-chave de desempenho (KPIs) do Pará, Mato Grosso e Acre (veja o anexo) são exibidos publicamente para que todos possam acompanhar os resultados alcançados pelas iniciativas. Abaixo estão algumas das principais lacunas que precisam ser melhoradas.

Os objetivos compartilhados devem ser abrangentes e isolados da pressão política, caso contrário a credibilidade e a legitimidade das AJs poderão ser comprometidas ao longo do tempo.

Para permitir um melhor monitoramento e prestação de contas, metas ambiciosas de AJ poderiam ser combinadas com sub-metas detalhadas (incluindo métricas associadas), que formam a base para atingir as metas gerais.

As metas e as ferramentas digitais de monitoramento e avaliação das AJs do Pará foram lançadas oficialmente no segundo semestre de 2022, o que não nos permite avaliar os resultados alcançados até o momento. Algumas das metas e cronogramas do Acre estão desatualizados e não refletem os resultados alcançados (por exemplo, aumentar a área de Unidades de Conservação em 155.120 hectares até 2018; Reduzir o desmatamento em 80% até 2020 em comparação com o período de 1996 a 2005). Por outro



lado, os 7 anos de existência da estratégia PCI podem ser melhor avaliados, pois a plataforma foi atualizada recentemente. Em 2021, os objetivos estratégicos da PCI foram alterados, especialmente no que diz respeito à conservação da natureza, que exige uma política abrangente de comando e controle. Dois deles se destacam:⁴⁶

- ▼ O desmatamento ilegal deveria terminar em 2020, mas a data foi adiada para 2030.
- ▼ 90% das propriedades rurais do Estado deveriam ter sido cadastradas no sistema CAR em 2016 (adiado para 2024) e 100% (alterado para 90%) dessas informações deveriam ter sido validadas pelo Estado em 2018 (adiado para 2024).

Mudanças significativas como esta podem sinalizar uma falta de compromisso e capacidade do Estado para fazer cumprir acordos previamente definidos entre múltiplas partes interessadas, o que podem comprometer a credibilidade e a legitimidade das AJs ao longo do tempo.

Mesmo com as mudanças, metas cruciais, como "alcançar 0% de desmatamento ilegal até 2030", são difíceis de alcançar e não estão avançando como necessário. De acordo com dados oficiais da plataforma, 87% do desmatamento de Mato Grosso foi realizado sem licença em 2019.⁴⁷ Metas ambiciosas como essas poderiam ser mantidas e divididas em metas mais específicas, como (i) melhorar a transparência das cadeias de suprimento da carne bovina e soja (por exemplo, estabelecendo mecanismos de rastreabilidade públicos e privados que possam rastrear fornecedores diretos e indiretos de até o primeiro elo da cadeia⁴⁸) ou (ii) promover restrições de crédito para empresas e produtores rurais que não cumprem as leis ambientais devido ao uso predatório e insustentável da terra.

A atualização das plataformas de monitoramento e avaliação para acompanhar os objetivos e resultados dos projetos é fundamental para fornecer aos investidores e ao setor privado dados atualizados para a tomada de decisões financeiras.

Todas as três plataformas estão tomando as medidas iniciais para garantir a transparência e a prestação de contas no setor de uso da terra a nível estadual. A plataforma ST mostra o progresso relativo a cada KPI de política pública (Figura 1) e inclui um observatório digital que agrega dados sobre o Estado do Pará, seus municípios e cada parte territorial da política pública (Figura 2). Uma abordagem semelhante é adotada com o Monitor da PCI (Figura 3) e a plataforma PPP Acre (Figura 4).

46. [Estado de Mato Grosso e PCI. Atualização das metas estratégicas do PCI para Mato Grosso – Visão 2030.](#)

47. [Painel do Monitor da PCI.](#)

48. Para mais informações sobre o ecossistema de mecanismos de rastreabilidade no Brasil, consulte [CDP. Cattle production in Brazil: the role of traceability mechanisms for ensuring sustainable production and forest protection.](#)

Imagem 1 Exemplo de Indicadores de Desempenho da plataforma Territórios Sustentáveis

Regularização Ambiental	24%
Percentual de imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR)	65%
Percentual de imóveis com outorga ou dispensa de outorga de recursos hídricos	1%
Percentual de imóveis com CAR validado	28%
Percentual de imóveis com Licença de Atividade Rural (LAR) ou dispensa de LAR	9%
Percentual de imóveis com passivo que aderiram ao Programa de Regularização Ambiental (PRA)	25%
Percentual do passivo em recuperação	13%

Imagem 2 Observatório - Territórios Sustentáveis

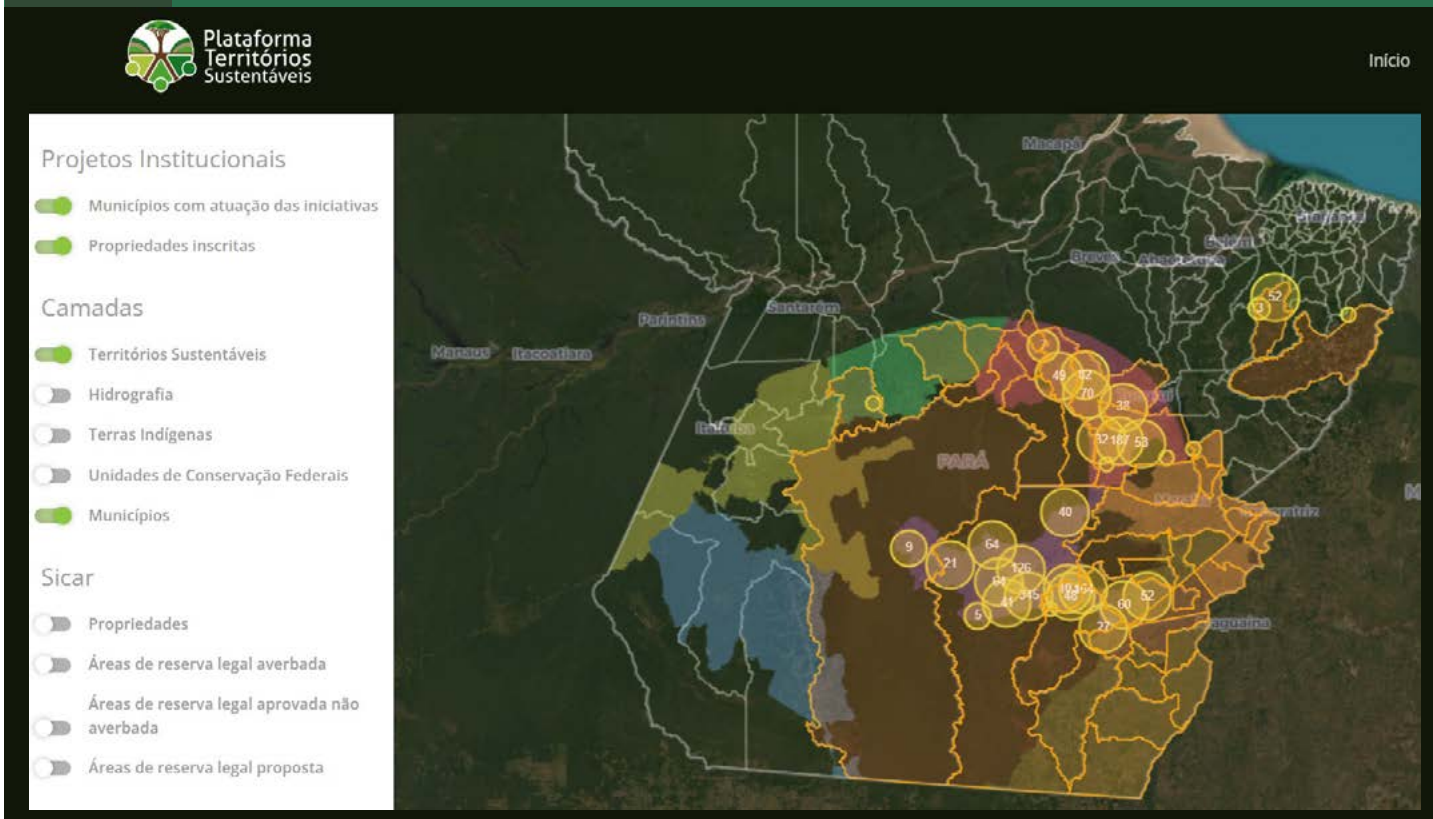


Imagem 3 Mato Grosso PCI Monitor (apenas disponível em inglês)

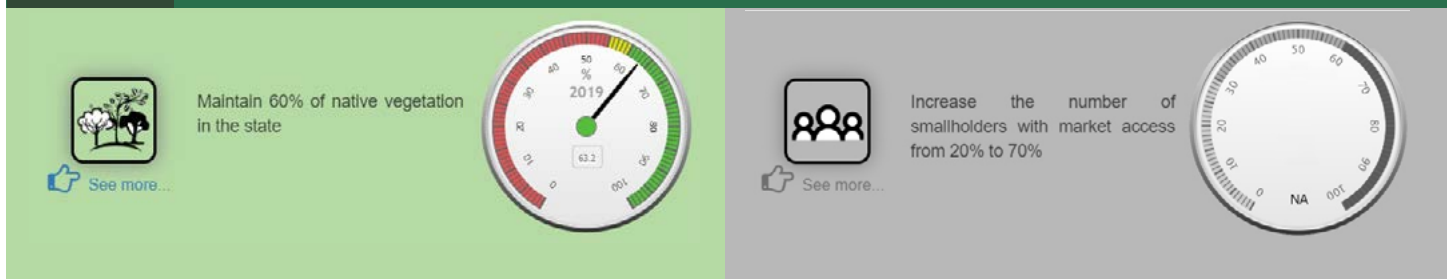
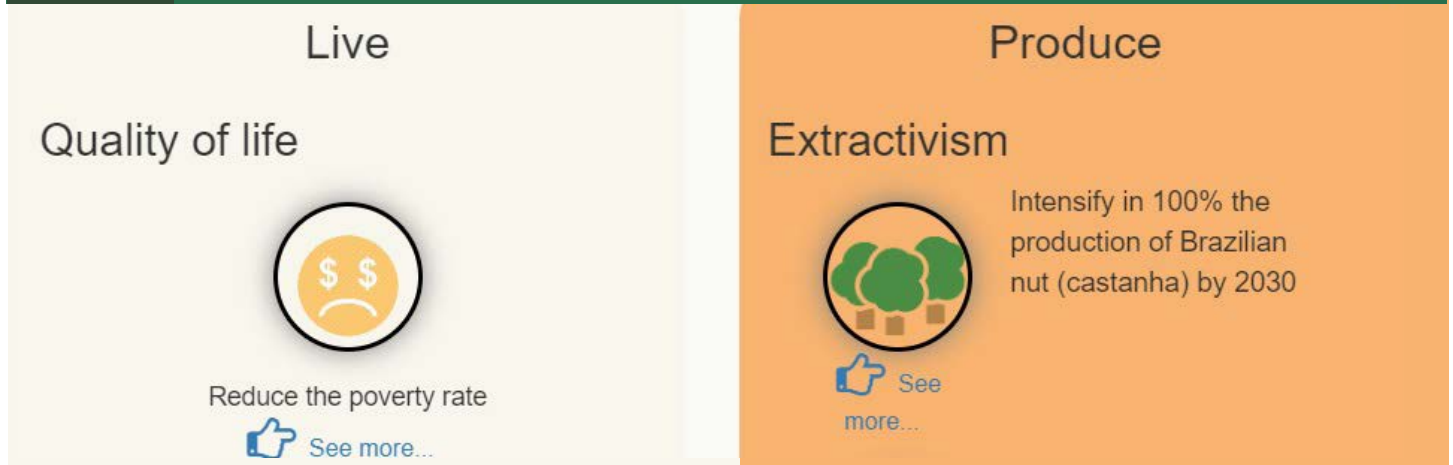


Imagem 4 Acre PPP Indicadores Chave de Desempenho da Plataforma (apenas disponível em inglês)



Contudo, não é possível determinar como e em que medida os projetos individuais contribuem para alcançar os objetivos da AJ. Uma descrição da iniciativa, a sua fase de implementação, os resultados pretendidos ou alcançados, como estão contribuindo com os KPI's e quanto investimento ainda é necessário para atingir os seus objetivos são algumas informações que poderiam ser adicionadas.

A plataforma do Acre é a única que fornece uma descrição dos produtos florestais e agrícolas da região, mostrando dados de sua produção e informações específicas sobre suas qualidades naturais. Em alguns casos, um vídeo também é exibido. Essa é uma boa maneira de promover a produção de produtos florestais da região, mas há muito mais espaço para aprimoramento e inovação (por exemplo, um link para páginas da web que vendem/exportam esses produtos poderia ser incluído na plataforma).

As abordagens jurisdicionais visam promover mudanças socioambientais em um território inteiro, o que exige altos recursos financeiros. Todas as três plataformas poderiam oferecer informações sobre a alocação de recursos, aumentando a transparência e a prestação de contas. Como exemplo, de acordo com um estudo recente, foi estimado um fluxo financeiro total de 41 bilhões de dólares (205 bilhões de reais) para o Mato Grosso para que a PCI continue implementando suas metas entre 2021 e 2030.⁴⁹

49. PCI & Instituto Internacional para sustentabilidade (IIS). *Análises econômicas e financeiras e oportunidades de investimento no Estado de Mato Grosso decorrentes da estratégia PCI (2021).*



Com melhorias contínuas na transparência em relação à alocação de recursos, tanto a sociedade civil quanto o setor privado estariam mais engajados em ajudar os Estados de Mato Grosso, Pará e Acre a atingir as metas compartilhadas.

3.3 Engajamento do setor privado

É fundamental atrair novos investidores e empresas com interesse em financiar iniciativas de desenvolvimento territorial de baixo carbono relacionadas a esforços privados de sustentabilidade. Para essa finalidade, devem ser mobilizadas grandes campanhas de comunicação e divulgação para anunciar os projetos de AJs.

A visibilidade do projeto e a escalabilidade mundial devem ser feitas por meio da conexão do desenvolvimento econômico regional com os esforços de sustentabilidade privada. Um estudo realizado pelo CDP em 2021 constatou que a maioria das empresas que reportam seus dados ambientais não vê os benefícios potenciais de trabalhar com a natureza, com apenas 22% delas identificando oportunidades relacionadas ao clima e à natureza.⁵⁰ Os dados do do CDP mostram que aproximadamente um terço das empresas brasileiras que divulgam relatórios sobre pelo menos uma commodity de risco florestal - gado, soja, madeira ou óleo de palma - participaram de iniciativas externas, mas apenas 5% destas empresas se envolveram em AJs. Há uma clara necessidade de promoção e disseminação de projetos para alcançar investidores e o setor privado que não têm conhecimento das oportunidades de mercado que podem ser alcançadas por meio de investimentos em iniciativas de AJ. Isso também poderia ajudar as AJ a terem visibilidade fora da região jurisdicional e a receber fundos nacionais e internacionais.

A plataforma de divulgação do CDP pode fornecer às iniciativas jurisdicionais melhores percepções sobre como as empresas estão se engajando com as AJs. As três iniciativas poderiam aproveitar os dados disponíveis por meio do Questionário de Florestas do CDP para empresas, a fim de se conectar melhor com o interesse do mercado no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. O CDP possui uma página dedicada a exibir os dados de AJ/APs e engajamento do setor corporativo.

50. [CDP. Disclosing Nature's Potential. Corporate responses and the need for greater ambition. November 2021, p. 3.](#)

O CDP identifica como as empresas engajam-se com iniciativas em escala de paisagem e como esse interesse está se desenvolvendo ao redor do mundo, com especial enfoque para:

- ▼ **Priorização:** critérios que uma empresa escolhe para priorizar paisagens (risco versus oportunidade). Type of Engagement: a company can get involved as a Convener, Partner, Supporter or Funder.
- ▼ **Tipo de envolvimento:** uma empresa pode se envolver como convocadora, parceira, apoiadora ou financiadora. Actions Taken: companies can choose which “types” of actions they have taken to support the initiative.
- ▼ **Metas a serem apoiadas:** as empresas podem escolher quais metas de um conjunto de metas de clima/floresta/produção estão apoiando.
- ▼ **Ações tomadas:** as empresas podem escolher os "tipos" de ações que tomaram para apoiar a iniciativa.
- ▼ **Monitoramento e relato do progresso:** se as empresas têm um plano paralelo à iniciativa para monitorar e relatar o progresso.

Com esse conhecimento, é possível ter acesso a tendências globais para informar novas estratégias, desenvolvimento e implementação de projetos, monitoramento de indicadores e mecanismos de financiamento para todas as partes interessadas envolvidas.



Insights para uma ação aprimorada em Abordagens Jurisdicionais Emergentes:

Lições do Tocantins e do Maranhão



Insights para uma ação aprimorada em Abordagens Jurisdicionais Emergentes: Lições do Tocantins e do Maranhão



Tocantins e Maranhão são os dois principais Estados brasileiros com Abordagens Jurisdicionais emergentes. Isso significa que eles já iniciaram o processo de definição de metas de sustentabilidade compartilhadas com várias partes interessadas, mas ainda não lançaram totalmente suas plataformas digitais nem começaram a implementar suas estratégias jurisdicionais com estruturas de políticas robustas, como no Mato Grosso, Pará e Acre. O objetivo desta seção é identificar até que ponto o Tocantins e o Maranhão progrediram no desenvolvimento de estruturas de políticas públicas que permitem a implementação de AJ/AP e como as lacunas afetam o desenvolvimento da intervenção em escala de paisagem.⁵¹

Perfis de política pública

O progresso rumo à sustentabilidade jurisdicional deve ser avaliado “incluindo políticas e incentivos inovadores, metas de desempenho claras, sistemas de monitorização transparentes e acessíveis, plataformas de governação multiatores inclusivas, iniciativas agrícolas sustentáveis, reconhecimento e respeito pelos direitos locais, entre outros”.⁵² Abaixo é apresentada uma visão geral dos marcos políticos do Estado do Tocantins e do Maranhão, levando em consideração os elementos centrais acima mencionados, e como estes podem contribuir para o avanço dos projetos de AJ/AP no território.

51. Com relação à metodologia, a amostra foi combinada: (i) Dados do Questionário sobre Florestas do CDP para Estados e Regiões; (ii) Legislação e documentos estaduais, especialmente os encontrados nos sites oficiais do Legislativo e do Executivo de cada Estado; (iii) Outros documentos produzidos por cada administração que resumem estratégias e intenções de políticas mais amplas - como as Submissões Públicas para participar da chamada de propostas dos Mercados de Carbono Voluntários Jurisdicionais de REDD+ da Leaf Coalition. Esses documentos resumem as políticas e os compromissos já promulgados e os que precisam ser aprimorados de forma abrangente e estratégica, oferecendo uma visão mais ampla do caminho de desenvolvimento de baixo carbono de cada Estado.

52. Stickler, CM, AE Duchelle, JP Ardila, DC Nepstad, OR David, C Chan, JG Rojas, R Vargas, TP Bezerra, L Pritchard, J Simmonds, JC Durbin, G Simonet, S Peteru, M Komalasari, ML DiGiano, MW Warren. 2018. [Estado de Sustentabilidade Jurisdicional](#). San Francisco, EUA: Instituto de Inovação da Terra/Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional/Boulder, EUA: Secretaria do Grupo de Trabalho dos Governadores para o Clima e as Florestas. Terra Brasilis. [Prodes. Taxas de desmatamento no Cerrado. Tocantins.](#)



Tocantins

O Estado do Tocantins está parcialmente localizado na Amazônia (13%) e no Cerrado (87%), o segundo maior bioma da América do Sul. O Tocantins tem um potencial agrícola e pecuário considerável, mas também tem a maior taxa de desmatamento do Cerrado. De 2001 a 2022 foram desmatados 48.293 km² desse bioma, sendo que o ano de 2022 registrou a maior taxa de desmatamento desde 2016, com 2.127 km² de área desmatada.⁵³

É importante mencionar que no Brasil, apenas 53,1% do Cerrado ainda é coberto por vegetação nativa. Dados recentes mostram que o desmatamento, no período 1985-2021 se deu principalmente pela expansão da área destinada à agricultura (12,5%) e à soja (9,9%).⁵⁴

De acordo com as informações reportadas pelo Tocantins no Módulo de Florestas de 2022 do CDP e do perfil de Sustentabilidade Jurisdicional do Earth Innovation Institute,⁵⁵ as principais causas de desmatamento do Tocantins são:

- ▼ Pecuária
- ▼ Agricultura em grande escala
- ▼ Agricultura e colonização em pequena escala
- ▼ Incêndios
- ▼ Infraestrutura de Transporte
- ▼ Extração ilegal de madeira em pequena escala
- ▼ Mineração de carvão em pequena escala

53. Terra Brasilis. Prodes. Taxas de desmatamento no Cerrado. Tocantins.

54. MapBiomas. Destaques do mapeamento anual de cobertura e uso da terra entre 1985 a 2021. [Setembro de 2022].

55. M. de los Rios, A.C. Crisostomo, O. David, C. Stickler. 2020. "Tocantins, Brazil" em C. Stickler et al. (Eds.), em *The State of Jurisdictional Sustainability*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonésia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF.



Para combater essas causas, o Tocantins criou um Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais (PPCDIF 2021-2025) com o objetivo de reduzir em 100% o desmatamento ilegal até 2025⁵⁶. O PPCDIF inclui medidas de prevenção, gestão e controle, além de combate e monitoramento do desmatamento e das queimadas.

Com base nesse e em outros planos e políticas desenvolvidos e em implementação no Tocantins, o Estado desenvolveu uma estratégia jurisdicional de desenvolvimento sustentável e competitividade nacional e internacional chamada Tocantins Sustentável e Competitivo.⁵⁷

A Estratégia tem objetivos e diretrizes divididas em quatro eixos: 1) Econômico; 2) Social; 3) Ambiental; e 4) Infraestrutura. Confrontada com o aumento dos compromissos globais e da legislação para o desenvolvimento de baixo carbono, a Estratégia apresenta um esforço do Estado, da sociedade civil e do setor privado para agir coletivamente rumo aos objetivos territoriais estabelecidos (ver Anexo).

Se bem implementada, a estratégia jurisdicional pode garantir mais sustentabilidade às cadeias produtivas, ajudar a combater o desmatamento e os incêndios, e permitir um foco na diversidade, nas comunidades vulneráveis e um crescimento econômico mais inclusivo.⁵⁸

As Tabelas 3 e 4 abaixo resumem as principais políticas promulgadas e as lacunas políticas do Estado, destacando sua relação com a agenda de AJ/AP.

56. SEMARH-TO. 2021. [Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais do Estado do Tocantins \(PPCDIF\)](#).

57. See Annex.

58. SEMARH-TO. 2021. [Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável](#).

Table 3: Quadro de políticas públicas do Tocantins

Categoria da Política	Nome e definição da política	Como ela habilita as AJ/AP?
Estratégia Jurisdicional	Abordagem Jurisdicional – Tocantins Competitivo e Sustentável ⁵⁹	A Estratégia Jurisdicional definiu metas e resultados socioambientais para o Estado até 2040 ⁶⁰ . As prioridades territoriais já estão em vigor, permitindo a coordenação de ações coletivas e projetos públicos e privados.
Plano da Política	<p>Plano Estadual Atualizado de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais [2021-2025]</p> <p>Tem como objetivo reduzir a taxa de desmatamento e regular o uso do fogo no Estado por meio das seguintes ações: monitoramento; gestão de paisagem; gestão florestal; promoção de práticas alternativas de produção.⁶¹ Possui metas específicas com prazos que devem ser atingidos até 2025.</p>	É o principal instrumento para alcançar a redução das emissões no Estado provenientes do desmatamento e dos incêndios florestais. Se bem implementado, poderá viabilizar projetos e objetivos de AJ/AP, promovendo a conservação florestal e a resiliência socioeconômica.
Política Geral do Estado ⁶²	<p>Política Ambiental⁶³</p> <p>Estabelece “princípios, objetivos e regras básicas para proteção do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população.”⁶⁴</p>	Fornece a estrutura geral da política ambiental para o Tocantins (como regras de proteção ambiental e penalidades para o não cumprimento da regulamentação estadual), permitindo ações subnacionais estaduais para proteger projetos socioambientais de atividades irregulares.

59. [Administração do Estado do Tocantins.](#)

60. Para mais informações, vide o anexo.

61. [Tocantins State plan on prevention & control of forest fire \[2021-2025\], p.79.](#)

62. Entendido aqui como “o estabelecimento de direção e intenção ampla; objetivos”. [Cocklin, Chris, e Katie Moon. \(2020\). Política Ambiental. Enciclopédia Internacional de Geografia Humana \(Segunda Edição\), p.227.](#)

63. Lei Estadual nº 261/1991.

64. Lei Estadual nº 261/1991. Artigo 1.

<p>Política Geral do Estado</p>	<p>Política Florestal⁶⁵</p> <p>Regulamenta o uso dos recursos florestais, com o objetivo de proporcionar benefícios ambientais, sociais e econômicos.</p>	<p>Especifica definições e uma ampla gama de restrições e permissões de uso da terra. Todas as abordagens de paisagem devem seguir essas regras e outras leis federais (como o Código Florestal Nacional).</p>
<p>Instrumento Econômico</p>	<p>Lei de Pagamento por Serviços Ambientais⁶⁶</p> <p>Tem como objetivo “(i) orientar o poder público, as organizações da sociedade civil e os agentes privados em relação ao pagamento por serviços ambientais[...]; (ii) valorizar econômica, social e culturalmente os serviços ecossistêmicos; (iii) contribuir para a regulação climática e a redução das emissões de GEE provenientes do desmatamento e da degradação florestal; (iv) - promover alternativas econômicas para prestadores de serviços ambientais, valorizando os serviços ecossistêmicos e o uso sustentável dos recursos naturais”.⁶⁷</p>	<p>Oferece incentivos econômicos para que indivíduos e organizações elaborem e executem projetos socioambientais. Se bem implementado, poderá promover fluxos de capital para projetos de AJ/AP, dando um sinal positivo em termos de retornos econômicos para todas as partes envolvidas.</p>
<p>Fundo Público</p>	<p>Fundo Estadual do Clima (Funclima)⁶⁸</p> <p>Pretende “fornecer recursos financeiros para apoiar projetos, programas e ações que visem a mitigação e adaptação às alterações climáticas e seus efeitos”.⁶⁹</p>	<p>Parte da receita estadual administrada pelo fundo será aplicada na implementação da AJ Tocantins Sustentável e Competitivo.⁷⁰ Os projetos também poderão se beneficiar, uma vez que os fundos serão canalizados para projetos que trabalham, entre outros temas, com (i) desenvolvimento de cadeias de abastecimento sustentáveis; (ii) restauração e conservação florestal; (iii) resiliência socioeconômica e bem-estar para as comunidades locais.⁷¹</p>

65. Lei Estadual nº 771/1995.

66. Lei Estadual nº 4111/2023.

67. Lei Estadual nº 4111/2023. Artigo 4.

68. Lei Estadual nº 4131/2023.

69. Lei Estadual nº 4131/2023. Artigo 1.

70. Lei Estadual nº 4131/2023. Artigo 8, I.

71. Lei Estadual nº 4131/2023. Artigo 8, II.

<p>Política de Desenvolvimento Sustentável</p>	<p>Lei Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável⁷²</p> <p>"Estabelece objetivos e diretrizes para redução das emissões de carbono, incluindo instrumentos econômicos para promover o desenvolvimento sustentável".⁷³</p>	<p>Entre outros benefícios, isso pode apoiar os objetivos da AJ e os projetos de paisagem, oferecendo (i) linhas de crédito e incentivos fiscais para cadeias de produção e desenvolvimento sustentável; (ii) selos socioambientais estaduais para boas práticas/projetos.</p>
<p>Política de Desenvolvimento Sustentável</p>	<p>Programa Estadual de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC)</p> <p>Busca incentivar os produtores rurais a adotarem práticas agrícolas sustentáveis para redução de emissões.</p>	<p>Alinhamento com NDC nacionais/ compromissos globais, como o Desafio de Bonn.</p>
<p>Incentivos Financeiros</p>	<p>ICMS Ecológico</p> <p>Um mecanismo tributário que permite aos municípios acessar uma parcela maior das receitas do Estado do que a que originalmente tinham direito, caso comprovem que possuem políticas ambientais atualizadas e de boa qualidade que protegem a natureza.⁷⁴</p>	<p>Os municípios são incentivados a adotar projetos ambientais públicos e privados visando a conservação ambiental. Esse fluxo extra de capital e a atenção do governo poderiam beneficiar abordagens de paisagem e objetivos jurisdicionais.</p>
<p>Zoneamento Territorial</p>	<p>Zoneamento Ambiental e Econômico Estadual</p> <p>Um plano estratégico que oriente a ocupação adequada do território, respeitando os recursos naturais e identificando oportunidades para intervenções ambientais positivas (como recuperação de terras degradadas e outros projetos socioambientais).⁷⁵</p>	<p>Identificar regiões prioritárias que poderiam receber abordagens de paisagem específicas para promover o impacto e a intervenção multinível.</p>

Apesar desse conjunto de medidas, ainda há uma série de lacunas a serem abordadas na estrutura da política ambiental do Tocantins. A Tabela 4 abaixo identifica essas lacunas e como elas se relacionam com a agenda das AJ/AP no Estado.

72. Lei Estadual nº 1.917, 17 de abril de 2008.

73. M. de los Rios, A.C. Crisostomo, O. David, C. Stickler. 2020. "Tocantins, Brazil" em C. Stickler et al. (Eds.), em *The State of Jurisdictional Sustainability*. San Francisco, CA: EII; Bogor, Indonésia: CIFOR; Boulder, CO: GCF-TF, p.2.74.

74. Para mais informações, consulte a definição mais ampla em Qeco.org.br.

75. [Ficha Informativa do Zoneamento Ambiental e Econômico do Tocantins.](#)

Tabela 4: Lacunas e Desafios Políticos do Tocantins

<p>Lacunas na Política Estadual</p>	<p>Como elas poderiam apoiar as AJ/AP? Como sua ausência diminui o desenvolvimento das AJ/AP?</p>
<p>Ausência de Plataforma de Acompanhamento e Avaliação das AJs.</p>	<p>A Estratégia Jurisdicional Tocantins Competitivo e Sustentável ainda não foi traduzida para uma plataforma e site de Monitoramento e Avaliação. Sua ausência não contribui para a prestação de contas e transparência da atuação jurisdicional, dificultando a sustentação de um elevado engajamento de partes interessadas, especialmente entre investidores e empresas, que normalmente necessitam de dados atualizados para a tomada de decisões financeiras. A ausência de um site organizado também não contribui para uma estratégia de comunicação da iniciativa de atração de fluxo de capital para a região.</p>
<p>O Tocantins ainda não possui programa de REDD+ criado por lei.⁷⁶</p>	<p>REDD+ é uma forma de pagamento por serviços ambientais criada pela cooperação internacional, que pode contribuir para melhorar o fluxo de capital para atingir as metas de Jurisdição Sustentável do Tocantins. Assim que os programas REDD+ forem concebidos e executados, o Estado poderá ter acesso a fundos que são canalizados para a proteção florestal.</p>
<p>Falta de capacidade de validação da situação de conformidade ambiental dos Imóveis Rurais do Estado (validação CAR)</p> <p>No Brasil, todas as propriedades rurais devem ser cadastradas em uma plataforma digital (sistema CAR) para facilitar (i) o planejamento ambiental, social e econômico, e (ii) o monitoramento do desmatamento.⁷⁷</p> <p>Esse cadastro, no entanto, precisa ser validado por cada Estado brasileiro, para identificar se as propriedades rurais estão em conformidade com a legislação ambiental (por exemplo, se possuem a extensão mínima exigida de florestas protegidas ou se estão protegendo margens de rios e encostas).</p>	<p>A validação do CAR é fundamental para um planejamento efetivo do uso do solo e para o cumprimento da legislação ambiental. Segundo estudo recente, em 2019 85% das informações de propriedades rurais no Tocantins foram classificadas como “não validadas”.⁷⁸ As validações do CAR no Tocantins enfrentam “dificuldades tecnológicas e de recursos humanos” e “se grandes mudanças fossem implementadas, aproximadamente 80 mil registros poderiam ser analisados em 4 anos”.⁷⁹ Trata-se de um desafio para todos os Estados brasileiros, uma vez que as informações fornecidas para cada propriedade rural devem ser confirmadas manualmente pelos agentes públicos. O processo de validação automática, feito por imagens de satélite (Análise dinamizada – AnalisaCAR) foi lançado em abril de 2022 pelo Serviço Florestal brasileiro, e precisa ser implementado pelos Estados.⁸⁰ Com a situação ambiental atualizada de todas as propriedades rurais do Tocantins, o M&A das metas da AJ será facilitado. Também seria mais fácil compensar as propriedades rurais com bom desempenho ambiental, beneficiando os projetos em nível de paisagem com compensação financeira ou reconhecimento, por exemplo.</p> <p>76. O programa está sendo estruturado com apoio do Earth Innovation Institute. Ver mais informações aqui. Não foram encontrados resultados no Site Legislativo Estadual para legislação de REDD+.</p> <p>77. Sistema CAR (Cadastro Ambiental Rural).</p> <p>78. ICV. Projeto Valida Car. Caminhos para a validação do CAR pelos Estados da Amazônia e do Cerrado (2019).</p> <p>79. Plano Estadual do Tocantins de prevenção e controle de incêndios florestais [2021-2025], p.81-82.</p> <p>80. Iniciativa de Política Climática (2022). Onde Estamos e Para Onde Vamos na Implementação do Código Florestal: Oportunidades Para o Novo Governo Lulada Código Florestal: Oportunidades Para o Novo Governo Lula.</p>



Maranhão

O Estado do Maranhão está localizado na intersecção de três biomas: Cerrado (64% do Estado), Amazônia (35%) e Caatinga (1%),⁸¹ que compõem um mosaico de paisagens ricas em biodiversidade.

De acordo com as informações reportadas pelo Estado no Módulo de Florestas do CDP em 2022, os principais problemas de desmatamento são:

- ▼ Mineração
- ▼ Pecuária
- ▼ Agricultura em grande escala
- ▼ Agricultura e colonização em pequena escala
- ▼ Registro insustentável
- ▼ Plantação de celulose
- ▼ Incêndios
- ▼ Carvão e lenha

O Estado do Maranhão ficou entre os quatro Estados que mais desmataram entre 2019 e 2021, segundo Relatório Anual sobre Desmatamento no Brasil do Mapbiomas⁸². Os processos de conversão de floresta ou vegetação nativa estão ligados principalmente ao avanço da pecuária, responsável por mais de 97% da área desmatada na Amazônia.

No Cerrado, o Maranhão foi responsável por mais de um quarto do desmatamento do bioma em 2022 para a produção agrícola, onde o aumento da taxa de desmatamento foi de 24% em relação ao ano anterior.⁸³

81. Embrapa (2016). [Conservação da biodiversidade do Estado do Maranhão: cenário Atual em dados geoespaciais.](#)

82. G1, 2022. [Maranhão é um dos quatro Estados do Brasil que mais desmatou entre 2019 e 2021, aponta Relatório Anual de Desmatamento.](#)

83. Sassine, V. 2022. [Ministros de Lula deixaram governos nos estados com recordes de desmatamento do cerrado](#)

Uma das ferramentas que o Estado dispõe para enfrentar os problemas ambientais é o programa Maranhão Parcerias – MAPA,⁸⁴ órgão governamental responsável por estruturar parcerias estratégicas com o setor privado com base em oportunidades de negócios.⁸⁵

Em 2021, foram atribuídas ao MAPA funções adicionais, incluindo a gestão de créditos de serviços e produtos ambientais e a redução de emissões do desmatamento e da degradação, especialmente por meio da criação de acordos de investimento financeiro, econômico e ambiental. O desenvolvimento de estratégias para mobilizar e levantar recursos financeiros e investimentos, como REDD+ jurisdicional e AJ/AP, também foi incluído⁸⁶.

A abordagem jurisdicional do Maranhão é nomeada como Pacto Produzir, Conservar e Incluir da Região de Balsas (PCI do Maranhão), e inclui 12 municípios e signatários que representam os setores público e privado, bem como organizações da sociedade civil. Em abril de 2021, representantes do governo estadual e de governos municipais, do setor privado (empresas, associações e produtores) e da sociedade civil do Estado do Maranhão formalizaram a criação do Comitê Gestor do Pacto.

A região de Balsas apresenta baixos níveis de desenvolvimento econômico e a necessidade de apoio aos agricultores familiares e às comunidades locais. Localizada no bioma Cerrado, Balsas é um dos maiores produtores de grãos da região Norte e Nordeste do Brasil, responsável por:⁸⁷

- ▼ Produção de soja e algodão.
- ▼ Produção de frutas e verduras pela agricultura familiar.

84. O Programa Maranhão Parcerias foi instituído pela Lei 11.140/2019.

85. MAPA. 2021. Legislação.

86. MAPA. 2022. [REDD+ MAPA](#).

87. [IDH FactSheet – Balsas Region](#).

A Tabela 5 abaixo resume as principais políticas promulgadas e as lacunas do Estado, destacando sua relação com a agenda de AJ/AP.

Tabela 5: Estrutura Política do Maranhão

Categoria da política	Nome e definição da política	Como ela habilita as AJ/AP?
Estratégia Jurisdicional	Abordagem Jurisdicional Estadual – Pacto PCI da Região de Balsas	A Estratégia Jurisdicional definiu metas e resultados socioambientais para o Estado até 2025 ⁸⁸ . As prioridades territoriais já estão em vigor, permitindo a coordenação de ações coletivas e projetos públicos e privados.
Política Geral do Estado	Política Ambiental⁸⁹ Estabelece o quadro geral e as instituições do Estado para proteção ambiental.	Possibilita a ação estatal para proteger o território de atividades irregulares, tornando os projetos socioambientais atrativos e promissores.
Política Geral do Estado	Política Florestal e de Biodiversidade⁹⁰ Entre os principais objetivos estão a proteção da vida selvagem e dos ecossistemas nativos e a regulação do consumo e produção de itens florestais.	Os projetos de AJ/AP podem se beneficiar de um quadro jurídico para utilização e comércio sustentáveis de produtos florestais, como uma oportunidade para garantir retornos financeiros positivos para as partes envolvidas.
Zoneamento Territorial	Zoneamento Ecológico e Econômico Estadual dos Biomas Amazônia⁹¹ e Cerrado⁹² Um plano estratégico que orienta a ocupação adequada do território, respeitando os recursos naturais e identificando oportunidades para intervenções ambientais positivas (como recuperação de terras degradadas e outros projetos socioambientais).	Identifica regiões prioritárias que poderiam receber abordagem de paisagens específicas para promover o impacto e a intervenção multinível.

88. Para mais informações, vide o anexo.

89. [Lei nº 5.405/2012.](#)

90. [Lei nº 8528/2006.](#)

91. [Lei nº 11.269/2020.](#)

92. [Lei nº 11.734/2022.](#)

<p>Fórum Multissetorial</p>	<p>Fórum de Mudanças Climáticas do Maranhão⁹³</p> <p>Cria um fórum público multissetorial, com participação da sociedade civil, para incentivar políticas e práticas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas em todo o território.</p>	<p>Os objetivos e projetos de uma AJ podem se beneficiar de uma melhor deliberação pública e implementação de políticas sobre questões de mudanças climáticas. Além disso, dois dos principais objetivos do Fórum devem ser destacados como boas iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável: (i) aumentar a angariação de fundos de fontes nacionais e internacionais; (ii) incentivar a adoção e o incremento de diversos mecanismos econômicos e financeiros destinados à redução das emissões de GEE.</p>
<p>Plano Estadual</p>	<p>Maranhão Verde⁹⁴</p> <p>Estabelece um plano de conservação e restauração das florestas do Maranhão.</p>	<p>Os projetos de AJ/AP poderiam se beneficiar diretamente das seguintes iniciativas de conservação/restauração: (i) atividades de educação socioambiental; (ii) capacitação da comunidade local sobre práticas de produção extrativa; (iii) cultivo e troca de mudas e sementes nativas.</p>
<p>Instrumentos Econômicos</p>	<p>Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) & REED+⁹⁵</p> <p>Dentre os objetivos, três podem ser destacados: (i) incentivar a manutenção e prestação de serviços ambientais e estoques de carbono florestal no Estado; (ii) reduzir as emissões de GEE; (iii) criar um sistema jurisdicional composto por programas, subprogramas e projetos, destinado a implementar os objetivos (i) e (ii).⁹⁶</p>	<p>O sistema REDD+ e PSA é concebido com uma governança e um desenho institucional comum, incluindo um comitê de povos indígenas e comunidades tradicionais. Incentivar economicamente indivíduos e organizações a elaborar e executar projetos socioambientais.</p> <p>Se for bem implementado, isso poderá promover o fluxo de capital para projetos de AJ/AP, dando um sinal positivo em termos de retornos econômicos para todas as partes envolvidas.</p>

Apesar desse conjunto de políticas, ainda há uma série de lacunas a serem endereçadas na estrutura da política ambiental do Maranhão. A Tabela 6 abaixo identifica essas lacunas e como elas se relacionam com a agenda de AJ/AP no Estado.

93. [Lei nº 10.161/2014.](#)

94. [Decreto do Governador nº 32.969/2017.](#)

95. [Decreto do Governador nº 32.969/2017.](#)

96. [Lei nº 11.578/2021.](#) Artigo 4, I, II e III.

Tabela 6: Lacunas e Desafios Políticos do Maranhão

Lacunas na Política Estadual	Como elas poderiam apoiar as AJ/AP? Como sua ausência diminui o desenvolvimento das AJ/AP?
Ausência de Plataforma de Acompanhamento e Avaliação das metas da AJ.	A Estratégia Jurisdicional da região de Balsas ainda não foi traduzida em uma plataforma e site de Monitoramento e Avaliação. Sua ausência não contribui para a prestação de contas e transparência do desempenho Jurisdicional, dificultando a manutenção de um elevado nível de envolvimento das partes interessadas, especialmente entre investidores e empresas, que normalmente exigem dados atualizados para a tomada de decisões financeiras. A ausência de um site organizado também não contribui para uma estratégia de comunicação da iniciativa de atração de fluxo de capital para a região.
Ausência de um Plano Estadual Atualizado de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais.	Não foi identificado um programa atualizado com metas temporais para reduzir o desmatamento e as queimadas nos Biomas do Estado. Um plano público de fácil acesso para identificar regiões vulneráveis e iniciativas de proteção florestal é crucial para prestação de contas do Estado pelos objetivos de conservação as AJs. Além disso, os projetos poderiam se beneficiar das informações fornecidas no plano estatal durante sua concepção.
Falta de capacidade de validação da situação de conformidade ambiental dos Imóveis Rurais do Estado (validação CAR) No Brasil, todas as propriedades rurais devem ser cadastradas em uma plataforma digital (sistema CAR) para facilitar (i) o planejamento ambiental, social e econômico, e (ii) o monitoramento do desmatamento. ⁹⁷ Mas esse cadastro precisa ser validado por cada Estado brasileiro para identificar se as propriedades rurais estão em conformidade com a legislação ambiental (por exemplo, se possuem a extensão mínima exigida de florestas ou se estão protegendo margens de rios e encostas).	A validação do CAR é fundamental para um planejamento efetivo do uso do solo e para o cumprimento da legislação ambiental. Em 2019, 83% das informações das propriedades rurais do Maranhão foram classificadas como “não validadas”. ⁹⁸ Trata-se de um desafio para todos os Estados brasileiros, uma vez que as informações fornecidas para cada propriedade rural devem ser confirmadas manualmente pelos agentes públicos. O processo de validação automática, feito por imagens de satélite (Análise dinamizada – AnalisaCAR) foi lançado em abril de 2022 pelo Serviço Florestal Brasileiro, e precisa ser implementado pelos Estados brasileiros. ⁹⁹ Com a situação ambiental atualizada de todas as propriedades rurais, o M&A das metas da AJ será facilitado. Também seria mais fácil compensar as propriedades rurais com bom desempenho ambiental, beneficiando os projetos com compensação financeira ou reconhecimento, por exemplo.

97. Sistema CAR (Cadastro Ambiental Rural).

98. [ICV.Projeto Valida Car. Caminhos para a validação do CAR pelos Estados da Amazônia e do Cerrado \(2019\).](#)

99. [Iniciativa de Política Climática \(2022\). Onde Estamos e Para Onde Vamos na Implementação do Código Florestal: Oportunidades Para o Novo Governo Lula.](#)

Falta de Imposto Ecológico (ICMS Ecológico)

Um mecanismo tributário que permite aos municípios acessar uma parcela maior das receitas do Estado do que a que originalmente teriam direito, se provarem que possuem políticas ambientais de boa qualidade e atualizadas que protegem a natureza.¹⁰⁰

O Maranhão é um dos Estados brasileiros que não adota o imposto ecológico.¹⁰¹ Isso significa que seus Municípios que apresentam melhor desempenho ambiental não recebem maiores compensações financeiras do Estado. Devem ser adotados incentivos financeiros verdes para os municípios para apoiar projetos ambientais de grande escala e multissetoriais.

Ausência de um Fundo Estatal para iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Os projetos e objetivos das AJ/AP podem se beneficiar de fundos estatais canalizados especificamente para combater as mudanças climáticas, promover cadeias de fornecimento sustentáveis e proteger as florestas. Quanto maior for a variedade de mecanismos financeiros estatais, maior será a capacidade dos projetos acederem a mais recursos e obterem melhores resultados a longo prazo.

Deter o desmatamento e fazer a transição de jurisdições inteiras para um modelo de desenvolvimento inclusivo e de baixo carbono é uma tarefa extremamente complexa.

Políticas de apoio e condições políticas facilitadoras são cruciais para promover os objetivos da Jurisdição e a produção de mercadorias sem desmatamento.¹⁰² **Abaixo estão os principais insights com base nas lacunas e avanços identificados no Tocantins e no Maranhão.**



4.1 Implementação de Políticas

O processo de validação automática do Cadastro Ambiental Rural (CAR) deve ser visto como prioritário. Isso proporcionaria uma situação ambiental atualizada de todas as propriedades rurais nos Estados, e o M&A das metas da AJ seria facilitado. As propriedades rurais com desempenho ambiental bom/ excepcional poderiam receber compensação e reconhecimento financeiro, por exemplo, beneficiando projetos e melhor integrando-os com outras políticas (como a de Serviços de Pagamento Ambiental do Estado). Propriedades rurais em situação irregular seriam mais facilmente identificadas, e deveriam ser incluídas em programas de regularização ambiental ou sofrer penalidades por descumprimento do Código Florestal e da legislação estadual (como multas, restrição a crédito rural, desapropriação pelo Estado de áreas que tenham registro ilegal etc.).

100. Para mais informações, consulte a definição mais ampla em Oeco.org.br

101. IDESAM. [ICMS Ecológico pode levar mais desenvolvimento e preservação da floresta a municípios do interior do AM.](#)

102. Boshoven J, Fleck LC, Miltner S, et al. [Fornecimento jurisdicional: Aproveitar as cadeias de fornecimento de commodities para reduzir o desmatamento tropical em grande escala. Uma teoria genérica de mudança para uma estratégia de conservação.](#) v 1.0. Ciência e Prática da Conservação. 2021;3:e383

O Maranhão precisa adotar um Plano Estadual atualizado de Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais.

Grande parte dos compromissos assumidos na região de Balsas diz respeito à redução do desmatamento e à conservação de seus biomas. Um plano político com metas delimitadas no tempo é o instrumento que mostrará como o Estado poderia ajudar a região de Balsas a cumprir suas metas de conservação. Além disso, os projetos em escala de paisagem poderiam se beneficiar das informações fornecidas no plano estadual quando concebidos e implementados.

Deve ser adotada uma vasta gama de políticas econômicas e incentivos financeiros para permitir o financiamento a longo prazo para AJ/AP. O Tocantins ainda não possui um programa de REDD+ estruturado por lei, enquanto o Maranhão não adota um Imposto Ecológico para transferir mais recursos para municípios com bom desempenho ambiental.¹⁰³ Essas lacunas deverão ser superadas em um futuro próximo. Todas as políticas e instrumentos devem ser mobilizados e integrados para apoiar uma determinada jurisdição a alcançar um maior fluxo de capitais, com o objetivo de aumentar o nível de sustentabilidade socioambiental da região.



103. "O Estado que mais transfere recursos para seus municípios com base em critérios ambientais é o Tocantins, com 13%, seguido pelo Pará, com 8% – ambos no Norte do País. Em termos de impacto financeiro, o ICMS-E gerou, entre 2012 e 2016, R\$ 1,6 bilhão em repasses por ano aos municípios que atenderam aos critérios ambientais - valor que supera os valores anuais destinados aos principais órgãos ambientais federais, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)." [IDESAM. ICMS Ecológico pode levar mais desenvolvimento e preservação da floresta a municípios do interior do AM.](#)



4.2 Governança

O modelo de governança adotado pela AJ do Tocantins e Maranhão deve ser mais transparente.

Não foi possível encontrar documentos públicos ou normativas que expliquem o modelo de governança adotado nos dois Estados. Essa informação deverá estar disponível à sociedade civil em geral e a todos os intervenientes que queiram acompanhar a evolução das discussões e dos futuros planos territoriais, bem como o processo de M&A e Engajamento.¹⁰⁴

Os objetivos e projetos de abordagens de paisagem e jurisdicionais poderiam se beneficiar de uma melhor deliberação pública e implementação de políticas sobre questões envolvendo mudanças climáticas.

O Fórum Estadual de Mudanças Climáticas do Maranhão é um bom exemplo de um espaço de diálogo que poderia melhorar a ação pública em direção às metas estabelecidas para o território. Com uma rede de atores discutindo periodicamente estratégias para combater os efeitos adversos das mudanças climáticas no território, os projetos de AJ/AP podem ser acionados com mais frequência e receber maior atenção, ajudando na restauração/conservação florestal, na resiliência socioeconômica e no bem-estar das comunidades locais.

Os Estados devem usar sua experiência na implementação do REDD+ e de outros PSAs subnacionais para estabelecer programas que dialoguem com a AJ.

Isso deve ser aplicado aos Estados-alvo deste policy brief, mas também a outras regiões. O Espírito Santo é um exemplo de um Estado brasileiro que não tem uma Abordagem Jurisdicional emergente, mas criou o maior programa estadual de pagamento por serviços ambientais do país. Com foco apenas no reflorestamento, de acordo com dados oficiais, de 2015 a 2019, um total de 3.795 contratos foram assinados com produtores rurais, protegendo 10.438 hectares de florestas em pé e recuperando 9.778 hectares de terras degradadas¹⁰⁵.

104. O JA do Pará (território sustentável) possui modelo de governança e estrutura administrativa transparente e de fácil acesso. A iniciativa conta com 4 categorias possíveis para tornar-se associado: Parceiros, prEstadores, apoiadores e órgãos do Estado. Saiba mais sobre o modelo de governança do JA Pará [aqui](#).

105. [Espírito Santo State Administration. Results from the Reforestation Program.](#)

Ela tem metas e compromissos específicos associados ao Desafio de Bonn e ao Desafio 20x20 e está sendo implementada com o apoio do Banco Mundial, do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo e de outras organizações parceiras da sociedade civil, como WWF, WRI e The Nature Conservancy.¹⁰⁶ Portanto, foram desenvolvidos o conhecimento e a capacidade do Estado e da sociedade civil, que poderiam ser mobilizados para projetar e implementar uma iniciativa jurisdicional mais ampla em nível estadual e com governança multinível.



4.3 Monitoramento e Avaliação

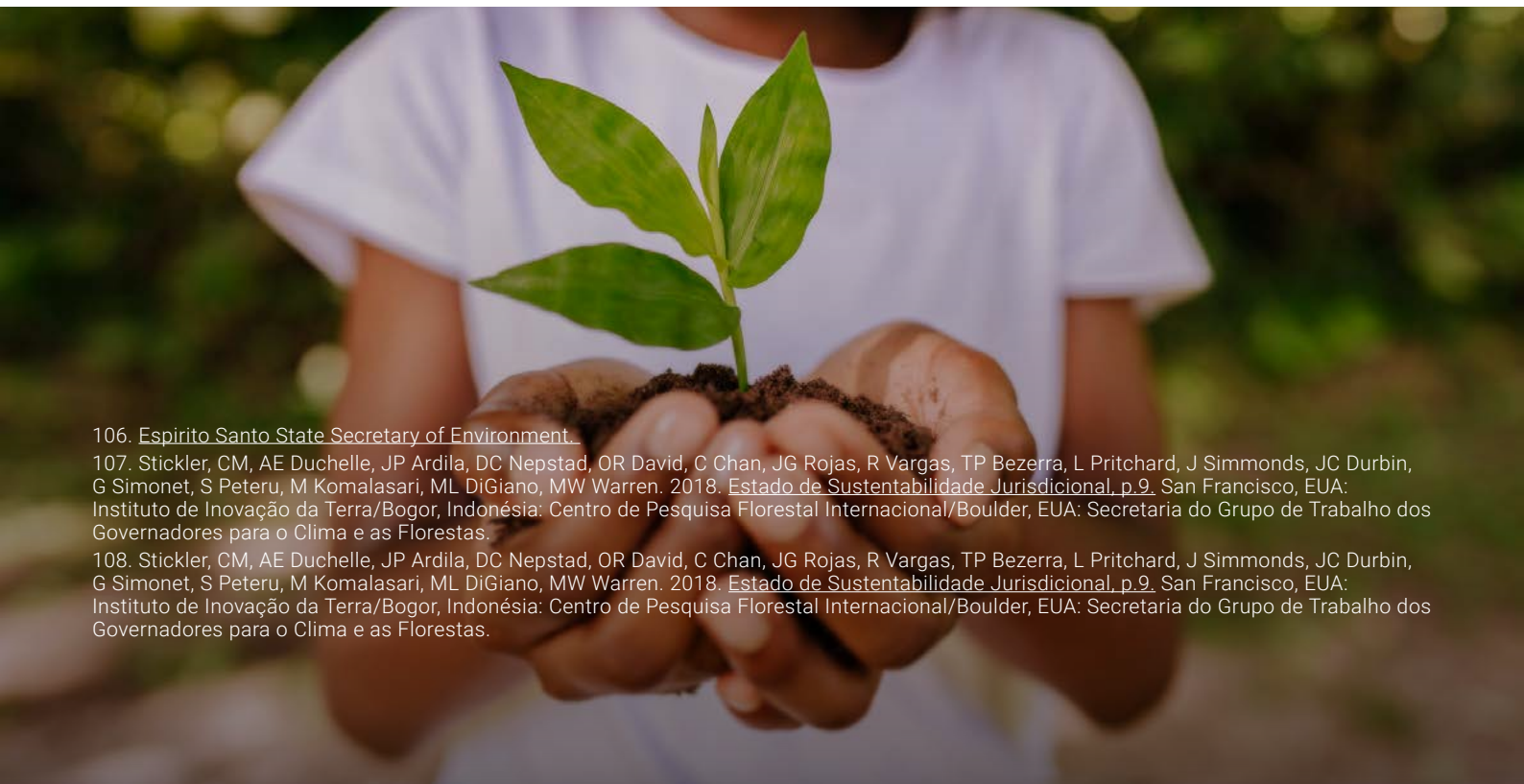
O Tocantins e o Maranhão devem lançar sua plataforma digital de M&A para dar um sinal positivo de que os compromissos estão sendo monitorados.

Ter uma plataforma digital implementada traz transparência ao destacar princípios, critérios e indicadores para avaliar práticas e impactos relacionados à transição para um modelo de desenvolvimento sustentável em um determinado território.¹⁰⁷ Também responsabiliza o governo pelas metas coletivas estabelecidas e fornece aos investidores e ao setor privado dados atualizados para a tomada de decisões financeiras. Conforme destacado em trabalhos anteriores, a credibilidade é "um dos fatores mais importantes que influenciam a capacidade das jurisdições de atrair os parceiros que precisam".¹⁰⁸

106. Espírito Santo State Secretary of Environment.

107. Stickler, CM, AE Duchelle, JP Ardila, DC Nepstad, OR David, C Chan, JG Rojas, R Vargas, TP Bezerra, L Pritchard, J Simmonds, JC Durbin, G Simonet, S Peteru, M Komalasari, ML DiGiano, MW Warren. 2018. *Estado de Sustentabilidade Jurisdicional*, p.9. San Francisco, EUA: Instituto de Inovação da Terra/Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional/Boulder, EUA: Secretaria do Grupo de Trabalho dos Governadores para o Clima e as Florestas.

108. Stickler, CM, AE Duchelle, JP Ardila, DC Nepstad, OR David, C Chan, JG Rojas, R Vargas, TP Bezerra, L Pritchard, J Simmonds, JC Durbin, G Simonet, S Peteru, M Komalasari, ML DiGiano, MW Warren. 2018. *Estado de Sustentabilidade Jurisdicional*, p.9. San Francisco, EUA: Instituto de Inovação da Terra/Bogor, Indonésia: Centro de Pesquisa Florestal Internacional/Boulder, EUA: Secretaria do Grupo de Trabalho dos Governadores para o Clima e as Florestas.



Conclusão e recomendações para os formuladores de políticas públicas

5

Conclusão e recomendações para os formuladores de políticas públicas



Os Estados latino-americanos estão cada vez mais interessados em criar Abordagens Jurisdicionais com metas territoriais ambiciosas para coordenar iniciativas em escala de paisagem. Com base nas lições aprendidas pelos Estados brasileiros, conforme detalhado nas seções 3 e 4 deste policy briefs, o CDP recomenda que os formuladores de políticas subnacionais:

- ▼ Invistam em mecanismos de governança abertos, transparentes e plurais para criar e atualizar as metas territoriais. Além disso, os governos subnacionais devem constantemente envolver e moderar os interesses de diferentes partes interessadas na região, garantindo que os grupos menos influentes e mais vulneráveis tenham seus interesses e direitos respeitados.
- ▼ Mantenham um quadro de políticas públicas atualizado para permitir intervenções em escala de paisagem, investindo em mecanismos claros de comando e controle e em políticas econômicas e financeiras.
- ▼ Elaborem uma estratégia de comunicação clara e um portfólio de projetos para atrair novos investidores e empresas com interesse em financiar iniciativas de desenvolvimento territorial de baixo carbono relacionadas a esforços privados de sustentabilidade.
- ▼ Investir em uma plataforma digital de monitoramento e avaliação é fundamental. Metas ambiciosas de AJs podem ser combinadas com subobjetivos detalhados (incluindo métricas relacionadas) que são a base para atingir as metas gerais. Mudanças importantes em metas previamente alinhadas devem ser transparentes e justificadas para evitar a perda de legitimidade entre as partes interessadas.
- ▼ Buscar as mais variadas fontes de financiamento para garantir que um fluxo maior de capital seja direcionado para a estratégia do território.



Anexo

Estratégia Jurisdicional PCI - Mato Grosso

PCI	Número	Objetivo	Indicador
Produzir	1	Recuperar 2,5 Mha de áreas de pastagem de baixa produtividade até 2030	▼ Hectares
	2	Aumentar a produtividade do gado para 116 kg/ha/ano até 2030	▼ kg/ha/year
	3	Expandir a área de grãos em áreas de pastagens degradadas para 14,69 milhões de hectares até 2030	▼ Grain area (soybean) ▼ Agricultural area of the reference year that overlaps the pasture area of the previous year
	4	Aumentar a produção de grãos para 125 Mt até 2030	▼ Mton/year
	5	Expandir a área sob manejo florestal sustentável para 6 Mha até 2030	▼ Area under Sustainable Forest Management Plan (PMFS)
	6	Aumentar a produção de madeira plantada para 11,75 Mm ³ até 2030	▼ Volume da produção florestal
	7	Expandir a área de florestas plantadas em áreas já abertas para 800.000 ha até 2030	▼ Área florestal plantada ▼ Área plantada com eucalipto e teca em áreas já abertas
	8	Aumentar a produção de biocombustíveis para 13 milhões de m ³ até 2030	▼ Produção de biodiesel a partir de sebo bovino, óleo de semente de algodão, outros (mil metros cúbicos) ▼ Produção de etanol de milho (mil metros cúbicos) ▼ Produção de etanol de cana-de-açúcar (mil metros cúbicos)
Conservar	9	Conservar 60% da cobertura de vegetação nativa do Estado do Mato Grosso	▼ Proporção da área do estado coberta pela vegetação natural ▼ Área de vegetação secundária
	10	Reduzir o desmatamento na floresta em 90% até 2030, sendo 84% até 2024 tendo como referência a linha de base: 2001-2010 (PRODES) de 5.714 km ² , atingindo 571 km ² /ano até 2030	▼ Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Floresta ▼ Porcentagem de redução da linha de base
	11	Reduzir o desmatamento no Cerrado brasileiro em 95% até 2030, sendo 83% até 2024 com referência na linha de base de 3.016 km ² (SEMA), atingindo 150 km ² /ano até 2030	▼ Área de vegetação desmatada mapeada pelo Prodes Cerrado ▼ Porcentagem de redução da linha de base

PCI	Número	Objetivo	Indicador
Conservar	12	Eliminar o desmatamento ilegal até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área da Amazônia desmatada sem autorização do estado ▼ Área do Cerrado desmatada sem autorização do estado ▼ % de desmatamento não autorizado sobre o total
	13	Reduzir os spots com alertas de aquecimento em 30% em relação ao período de referência de 2010 a 2019 (28.300 hotspots) até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Spots com alertas de aquecimento
	14	Eliminar a extração ilegal de madeira até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Percentual de extração ilegal de madeira/ano sem autorização no estado
	15	Conservar 1 milhão de ha de área potencialmente dentro dos critérios legais de desmatamento	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área preservada sujeita a desmatamento legal ▼ Área sujeita a desmatamento legal recebendo algum incentivo econômico (em hectares)
	16	Cadastrar 90% dos imóveis rurais (CAR) até 2024	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área CAR registrada em relação à área registrável
	17	Validar 90% de CARs até 2024	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área do CAR validada em relação aos demandantes
	18	Regularizar 1 milhão de ha (100%) de áreas de preservação permanente degradadas (APP) até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área de Preservação Permanente Degradadas com acordos firmados
	19	Regularizar 5,8 milhões de ha (100%) de Reserva Legal, com 1,9 milhão de ha para recomposição, até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Área de Reserva Legal Degradada com acordo firmado
	Incluir	20	100% de adesão dos municípios no SEIAF até 2030
21		Aumentar o Valor Bruto da Produção da Agricultura Familiar de 1,2 bilhão para R\$ 2 bilhões até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Valor bruto em reais por ano
22		Aumentar a participação de produtos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para 30% até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Participação (%) de produtos da Agricultura Familiar comercializados no PNAE / total ▼ Valor total de produtos da Agricultura Familiar comercializados no PNAE (R\$)
23		Aumentar o acesso de crédito ao Pronaf de R\$ 882 milhões para R\$ 1,3 bilhão/ano até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Valor do financiamento acessado pela agricultura familiar no estado ▼ Número de contratos do PRONAF ▼ Proporção do DAP ativo sobre a população da agricultura familiar
24		Realizar a regularização fundiária de 70% dos lotes da agricultura familiar até 2030	<ul style="list-style-type: none"> ▼ Proporção de lotes titulados em assentamentos federais ▼ Proporção de lotes titulados em assentamentos estaduais

Fonte: [CDP América Latina](#).

Estratégia Jurisdicional TS - Pará

OBJETIVOS	ALAVANCAS	INDICADORES DE RESULTADOS DE PLATAFORMA
PROMOVER O ORDENAMENTO AMBIENTAL E FUNDIÁRIO	Ações de Regularização Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> » Imóveis com CAR validado (nº,%) » Imóveis inscritos no CAR (nº) » Imóveis com outorga (nº,%) » Imóveis com LAR (nº,%) » Imóveis com adesão ao PRA (nº,%) » Área em recuperação (ha) » Passivo em recuperação (%)
	Ações de Regularização Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> » Imóveis abarcados pela iniciativa (nº) » Imóveis com título (nº, %) » Produtores em RB (nº,%)
FORTALECER AS CADEIAS PRODUTIVAS E ACESSO A MERCADOS	Ações de Acesso ao Crédito Rural	<ul style="list-style-type: none"> » Projetos de crédito (nº) » Capacitados em educação financeira e gerencial (nº) » Operações de crédito contratadas (nº)
	Ações de Manejo Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> » Área com SAFs (ha) » Imóveis com projeto de MFSM (nº) » Imóveis com sistema de pastoreio rotacionado (ha) » Imóveis com plano de manejo de uso múltiplo (nº)
	Produção Artesanal e Agroindústria Familiar	<ul style="list-style-type: none"> » Agroindústria artesanal vegetal (nº) » Agroindústria artesanal vegetal certificada (nº) » Agroindústria artesanal animal (nº) » Agroindústria artesanal animal certificada (nº)
	Acesso a Mercados	<ul style="list-style-type: none"> » Imóveis com certificação florestal e/ou agrícola (nº) » Imóveis com algum sistema de rastreabilidade(nº)
	Gestão da Propriedade	<ul style="list-style-type: none"> » Imóveis com assistência técnica (nº) » Aumento anual de faturamento médio gerado (%) » Aumento anual de produtividade média gerada (%) » Imóveis com Projeto individual de Desenvolvimento (nº)
AMPLIAR O DESENVOLVIMENTO SOCIAL INCLUSIVO	Fortalecimento Territórios e Comunidades Tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> » Iniciativas em territórios tradicionais (nº) » Territórios tradicionais com iniciativas (nº) » Iniciativas em comunidades locais (nº) » Comunidades locais com iniciativas (nº) » Abrangência das iniciativas em territórios tradicionais (ha) » Abrangência em comunidades (ha) » Terras indígenas com etnomapeamento (nº) » Terras indígenas com etnozoneamento (nº)
	Construção de Capacidades Locais	<ul style="list-style-type: none"> » Pessoas capacitadas (ha) » Projetos de capacitação (ha) » Mulheres capacitadas (nº) » Jovens capacitados (nº)

Fonte: [Tropical Forest Alliance and MN Socioflorestal](#)

State goals

Live

Quality of life



Reduce the poverty rate
[See more...](#)

Life Expectancy



Reduce under-five mortality rate to a maximum of 21 deaths per 1,000 live births
[See more...](#)

Produce

Extractivism



Intensify in 100% the production of Brazilian nut (castanha) by 2030



Increase by 100% the production of açaí through 2030

Timber management



Establish 180,000 hectares of community-based timber management



Establish 180,000 hectares of low-impact industrial forest logging by 2030

Livestock and fishing



Increase cattle density to reach 2.4 UA/hectare (3.4 heads/ha)



Support the pisciculture productive chain to increase production

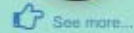
Integrated goals



Reach 10,000 beneficiaries with the REM programme

Conserve

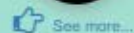
Deforestation



Reduce deforestation by 80% by 2020 in relation to the period 1998-2005

Reduce greenhouse gas emissions from avoided deforestation by 80% in relation to the period 1998-2005

Conservation Units

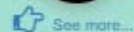


Establish management plans in 100% of the State Conservation Units by 2020

Reach zero illegal deforestation in State Conservation Units by 2020

Increase the area of Conservation Units by 155,120 hectares by 2018

Restoration



Restore degraded areas of rural properties registered in the Rural Environmental Registry by 2030

Restore 10,000 hectares of permanent preservation areas (APP) in the Acre River Basin by 2030

Reduce illegal deforestation by 2020

Fonte: [Acre's platform of territorial performance and sustainable investment opportunities](#). Disponível apenas em inglês.

TOCANTINS 20-40

ESTRATÉGIA PARA UM TOCANTINS COMPETITIVO E SUSTENTÁVEL

EIXO I ECONÔMICO

OBJETIVO
Promover a interiorização e desconcentração do desenvolvimento do Estado, orientado pelo zoneamento ecológico econômico, estabelecendo oportunidades de investimentos e gerando oportunidades de emprego, com foco em cadeias produtivas sustentáveis, fortalecimento dos pequenos negócios e na manutenção, recuperação e conservação dos serviços ambientais.



FORTALECIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

- Desenvolvimento do Turismo por meio de todas suas potencialidades, peculiaridades, e capacidade produtiva no estado.
- Consolidação da aquicultura e pesca como atividades altamente produtivas com sustentabilidade econômica e ambiental.
- Consolidação da atividade agropecuária altamente produtiva, diversificada, qualificada e de baixa emissão de carbono.
- Aumento da competitividade da cadeia produtiva de silvicultura através do fomento de floresta plantada para fins energéticos, madeireiros e outras finalidades econômicas sustentáveis.
- Estabelecimento de novos arranjos produtivos locais com base nos produtos da sociobiodiversidade de valor agregado, respeitando os saberes tradicionais.
- Uso racional dos recursos hídricos, solo e de novas tecnologias para o aumento da produção em todas as cadeias.

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

- Universalização da Assistência Técnica, extensão rural para diversificação da produção, incremento da renda familiar, assegurando a sustentabilidade econômica e ambiental da agricultura familiar;

INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

- Impulsionar a competitividade dos negócios (pequenos, médios e grandes) da indústria, comércio e serviços.
- Consolidação do cooperativismo, associativismo e empreendedorismo como um dos motores de desenvolvimento econômico no estado.
- Estabelecimento de uma indústria de transformação inclusiva e sustentável como propulsor de uma economia de baixas emissões de carbono baseada na inovação tecnológica.
- Aumento da competitividade das cadeias agropecuárias e extrativistas, como fonte de suprimentos e alimentos saudáveis e sustentáveis, atendendo às expectativas dos mais exigentes mercados consumidores em termos de sanidade, inocuidade, qualidade e de responsabilidade social e ambiental.
- Estabelecimento da cultura da inovação e tecnologia com base em pesquisa e desenvolvimento para oferta de novos produtos e serviços.

VISÃO:
Ser referência, na região Norte do Brasil, em produção sustentável de alimentos e produtos da sociobiodiversidade, com beneficiamento e agregação de valor, na conservação e manejo de suas riquezas naturais e no equilíbrio socioeconômico, até o ano de 2040.

EIXO II SOCIAL

OBJETIVO
Promover a cidadania e o protagonismo dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local e para o aumento do IDH das regiões de concentração desses grupos.

ASCENSÃO E AUTONOMIA

- Fortalecimento das organizações sociais dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares para sua atuação no desenvolvimento comunitário.
- Resgate e valorização do conhecimento e a cultura tradicional.
- Inclusão e empreendedorismo dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e agricultores familiares nas cadeias da sociobiodiversidade.
- Redução da vulnerabilidade social através da segurança alimentar e nutricional, bem como a erradicação da pobreza.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- Assegurar o direito à propriedade e aos usos costumeiros da terra.
- Assegurar a regularização de imóveis rurais com outorga de títulos definitivos de domínio.
- Promover a celeridade dos processos de ordenamento agrário e regularização fundiária.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

- Assegurar serviços básicos de saúde e educação, culturalmente adequados, de qualidade para todos.
- Qualificação técnica de mão de obra com enfoque para aumento da competitividade no estado.
- Educação ambiental voltada para o uso racional da água, valorização dos serviços ambientais e do saneamento básico.

EIXOS E TEMAS PRIORITÁRIOS:
Os temas prioritários propostos pelo Governo, para cada eixo, serão debatidos e pactuados como os diferentes setores para o estabelecimento de metas qualitativas e quantitativas compartilhadas.

EIXO III AMBIENTAL

OBJETIVO
Promover a regularização ambiental das cadeias produtivas, com foco em uma economia de baixo carbono e respeito à vocação do território e valorização dos serviços ambientais.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL
- Implementação plena do Código Florestal e leis decorrentes.
- Promoção e incentivo à restauração produtiva e ecológica.

VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS
- Gestão efetiva das Unidades de Conservação (UCs).
- Aproveitamento racional das disponibilidades hídricas, garantindo acesso a qualidade e quantidade de água para todos.
- Estabelecimento dos mecanismos e incentivos de valorização dos serviços ambientais.

MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS
- Consolidação de uma cultura de prevenção, mitigação e adaptação de eventos climáticos extremos.
- Estabelecimento de sistemas de incentivos positivos para redução do desmatamento e queimadas ilegais.

MODERNIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL
- Descentralização efetiva da gestão ambiental e territorial através da implantação dos sistemas municipais de meio ambiente;
- Modernização a gestão ambiental estadual em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para eficiência, eficácia e efetividade de seus instrumentos.
- Estabelecimento de um sistema integrado de inteligência e indicadores para a gestão e monitoramento ambiental e territorial.

3. Respeito à diversidade e vocação natural.
O estabelecimento de metas e cronograma de execução em nível estadual considerará toda a diversidade e potencialidades naturais, socioculturais e econômicas, além da integridade institucional dos participantes.

4. Governança, monitoramento e transparência.
A presente estratégia deverá contar com uma estrutura de governança multissetorial para acompanhamento de sua implementação a partir do monitoramento do desempenho no alcance das metas.

5. Investimentos.
A implementação da estratégia e alcance das metas está condicionada ao aporte de recursos financeiros e investimentos no Estado.

DIRETRIZES

1. ODS
O desenvolvimento a ser promovido por esta estratégia deverá contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2. Engajamento dos stakeholders.
Pactuação dos diversos setores (governo estadual, municipal, setor agropecuário, setor privado, federações e entidades de classe, populações indígenas, povos e comunidades tradicionais, e sociedade civil organizada) na concepção, alinhamento e execução da Estratégia, tornando-se uma iniciativa compartilhada de metas e resultados factíveis e mensuráveis.

EIXO IV INFRAESTRUTURA

OBJETIVO
Promover a infraestrutura necessária para o desenvolvimento competitivo e sustentável do Estado do Tocantins nos próximos 20 anos, com foco na economia de baixo carbono.

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

- Implantação de novos sistemas de transporte e melhoria dos sistemas existentes para aprimorar os serviços de transporte e logística.
- Implementar padrões ambientais na construção de estradas e demais infraestruturas de logística a fim de reduzir riscos à sociobiodiversidade.
- Ampliar a capacidade de armazenamento público e privado.

ENERGIA

- Diversificação da matriz energética estadual para geração, distribuição e consumo de energias limpas na zona urbana, rural e grupos vulneráveis.

COMUNICAÇÃO

- Ampliação da cobertura de serviços Internet e de telecomunicação, com atenção especial para regiões com predominância de grupos vulneráveis.

SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

- Ampliação dos investimentos públicos e privados para universalização do saneamento básico no estado.
- Investir em infraestrutura de serviços de saúde.

MORADIA DIGNA

- Acesso a moradia digna, culturalmente adequada aos grupos vulneráveis, valorizando o ambiente em que vivem.
- Padrões sustentáveis de moradia serão requerimento nos programas habitacionais executados pelo Governo do Estado.

Fonte: Estado do Tocantins.

Estratégia Jurisdicional da Região de Balsas – Maranhão



Produzir

Expansão e aumento da eficiência da produção agropecuária e florestal

- ▶ Aumentar a produção de algodão na região de Balsas até 2025, atingindo 50 mil hectares;
- ▶ Aumentar a área de soja certificada RTRS, Soja Plus e outros selos de qualidade na região de Balsas em até 30% até 2025; Aumentar a diversificação de cultivares adaptados à região de Balsas em até 25% até 2025;
- ▶ Aumentar as áreas de produção com sistema ILP/ILPF na região de Balsas em até 20% genética animal e forragem, até 2025; Apoiar 100% das ações da Federação Nacional do Plantio Direto
- ▶ na região de Balsas, por meio de práticas conservacionistas do solo, até 2025.



Conservar

Conservação da vegetação nativa e recomposição dos passivos

- ▶ Apoiar ações que promovam a redução do desmatamento ilegal na Região de Balsas em 100% até 2025;
- ▶ Apoiar ações que promovam a redução de queimadas na Região de Balsas em até 50% até 2025;
- ▶ Cadastrar em até 100% dos imóveis rurais no SICAR na Região de Balsas, até 2025;
- ▶ Validar em até 100% do CAR na região de Balsas, até 2025;
- ▶ Apoiar ações que promovam o Pagamento por Serviços Ambientais na região de Balsas, chegando em 2 projetos implementados até 2025;
- ▶ Fomentar a destinação correta em até 100% dos resíduos da região de Balsas, até 2025;
- ▶ Apoiar o desenvolvimento e valorização do turismo ecológico da Chapada das Mesas, apoiando cidades, comunidades, sítios arqueológicos e propriedades rurais.





Incluir

Inclusão socioeconômica da agricultura familiar e população tradicionais:

- ▶ Aumentar o número de famílias atendidas pelos programas de ATER em até 50% até 2025;
- ▶ Promover a Regularização Fundiária em até 40% dos lotes da agricultura familiar na Região de Balsas;
- ▶ Aumentar a produção de mandioca em 60% até 2025, apoiando na estruturação da cadeia de valor;
- ▶ Aumentar a produção de caupi em 50% até 2025, apoiando na estruturação da cadeia de valor;
- ▶ Aumentar a produção de arroz em 30% até 2025, apoiando na estruturação da cadeia de valor;
- ▶ Aumentar a produção de milho cultivar em 40% até 2025, apoiando na estruturação da cadeia de valor;
- ▶ Aumentar a produção de frutas do Cerrado e espécies introduzidas em 20% até 2025, apoiando na estruturação da cadeia de valor;
- ▶ Incentivar a cadeia da ovinocultura/caprinocultura na região de Balsas, promovendo aumento na produção local em 40% até 2025;
- ▶ Apoiar 100% das ações para o aumento da produção de leite e derivados visando fortalecer o sistema cooperativista da região até 2025;
- ▶ Criar 01 programa com fomento para inclusão da mulher, povos tradicionais e comunidades nas atividades relacionadas ao artesanato e outras de desenvolvimento regional.

Fonte: IDH Latam.



Diretora Executiva

Rebeca Lima

Coordenação Executiva

Miriam Garcia

Raíssa Saré

Autores

Francisco Gandolfi de Tulio

Maria Clara do Nascimento

Agradecimentos

Nossos colegas do CDP

André Socrates

Frederik Buchholz

Norma M. Pedroza-Arceo

Rebeca Rocha

Design

Matheus Mauricio

Sobre o CDP

O CDP é uma organização global sem fins lucrativos que administra o sistema mundial de divulgação ambiental para empresas, cidades, Estados e regiões. Fundada no ano de 2000 e trabalhando com mais de 680 instituições financeiras com mais de US\$ 136 trilhões em ativos, o CDP foi pioneira no uso de mercados de capitais e aquisições corporativas para incentivar as empresas a divulgar seus impactos ambientais, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, preservar os recursos hídricos e proteger as florestas. Cerca de 24 mil organizações em todo o mundo divulgaram dados por meio do CDP em 2023, incluindo mais de 23 mil empresas que valem metade da capitalização do mercado global e mais de 1.100 cidades, Estados e regiões. Totalmente alinhada com o TCFD, o CDP detém o maior banco de dados ambientais do mundo, e as pontuações do CDP são amplamente utilizadas para direcionar decisões de investimento e aquisição em direção a uma economia de zero carbono, sustentável e resiliente. O CDP é membro fundador da iniciativa Science Based Targets, We Mean Business Coalition, The Investor Agenda e da iniciativa Net Zero Asset Managers. Visite <https://la-pt.cdp.net/> ou siga-nos @CDPLatinAmerica.